

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E DA SAÚDE

CARLA CRISTIANE MUELLER

**A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM COMUNIDADES
RURAIS E A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
REGIÃO DO TABACO.**

Porto Alegre
(2015)

CARLA CRISTIANE MUELLER

**A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM COMUNIDADES
RURAIS E A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
REGIÃO DO TABACO.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências: Química da Vida e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edson Luiz Lindner

Porto Alegre
(2015)

CARLA CRISTIANE MUELLER

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM COMUNIDADES RURAIS E A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DO TABACÓ.

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: _____

Prof. Dr. Edson Luiz Lindner, UFRGS

Doutor pela UFRGS, Porto Alegre, Brasil

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Claudio Del Pino, UFRGS

Doutor pela UFRGS, Porto Alegre, Brasil

Prof^a. Dr^a. Erica Karnopp, UNISC

Doutora pela Universität Tübingen, Alemanha

Prof. Dr. Clayton Hillig, UFSM

Doutor pela UFRGS, Porto Alegre, Brasil

Coordenador do PPGE:

Prof. Dr. Diogo Onofre Gomes de Souza

Porto Alegre, (Junho de 2015).

“Por mais inteligente que alguém possa ser, se não for humilde, o seu melhor se perde na arrogância. A humildade ainda é a parte mais bela da sabedoria”.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo aos meus pais, pela simplicidade com que me ensinaram as coisas do campo, hoje motivo desta dissertação.

Dedico este estudo também para minha família, que sempre me apoiou e me incentivou nas minhas escolhas profissionais.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências: Química da Vida e Saúde, - UFRGS, pela oportunidade da realização desta pesquisa.

Aos professores, em especial ao Orientador deste trabalho, pela sua visão e participação ativa neste estudo.

Aos colegas de curso, pelo seu auxílio nas tarefas desenvolvidas e pelo apoio na revisão deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho da Empresa Naturalis Gestão Ambiental, que foram essenciais para o desenvolvimento do estudo, pelo auxílio, carinho e compreensão com que sempre me trataram.

À equipe da SMEC de Vera Cruz, em especial a Coordenadora das Escolas do Campo Edla Bartz, pelo acolhimento e participação nesta pesquisa.

Aos professores e equipe diretiva da Escola Municipal José Bonifácio, pela oportunidade de trabalhar com as oficinas.

À todos os professores que de alguma maneira se envolveram na realização deste trabalho, muito obrigado pela dedicação.

Aos agricultores, que ofereceram as suas propriedades e dividiram os seus conhecimentos para colaborar com o estudo, muito obrigado a todos.

Aos representantes das organizações parceiras que entendem e apoiam as iniciativas no meio rural se integrando a elas.

Neste momento, gostaria de expressar o meu agradecimento por todos que contribuíram para a construção desta dissertação, com palavras de incentivo, compartilhando saberes e experiências, momentos de alegria e risadas. Sei que as poucas palavras aqui descritas nunca serão o suficiente para demonstrar a dimensão do “muito obrigada por tudo”.

RESUMO

O presente texto é o resultado de uma pesquisa¹ que aborda a construção de conhecimentos em comunidades rurais da região do tabaco por meio da recuperação dos saberes locais, com o objetivo de promover um diagnóstico da real situação das famílias que vivem no campo. A pesquisa iniciou sua coleta de dados com visitas nas propriedades rurais, estendendo-se para as escolas com a realização de oficinas de aprendizagens com alunos, e posteriormente um encontro com professores. Esta coleta de dados foi fundamental para estabelecer uma conexão entre as partes interessadas na educação do campo, para proporcionar uma reflexão nos conteúdos e no método de ensino utilizado e assim instigar o que os alunos do campo precisam aprender para se tornarem sujeitos empoderados capazes de fazer a sucessão da propriedade. Este diagnóstico vem ao encontro da formulação de estratégias para orientar a educação básica na formulação de propostas curriculares para as escolas localizadas no campo.

A pesquisa atende a uma demanda dos municípios da região do Vale do Rio Pardo - RS, que precisam diversificar o seu desenvolvimento econômico, em relação à plantação do tabaco, mudando um cenário sociocultural estabelecido por longos anos. O estudo vem demonstrando que o caminho para que aconteçam estas iniciativas locais e regionais seria por meio da escola e de seu processo formativo dentro da comunidade, mostrando que é possível uma educação básica para o campo baseada nas características da educação popular, que represente um trabalho integrador dentro da família, ampliando as chances dos jovens permanecerem com suas famílias no campo e fazerem a sucessão da propriedade.

Palavras-chaves: Comunidades rurais, Escolas do campo, Saberes locais.

¹ Este trabalho foi apresentado parcialmente no **IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)** realizado entre os dias 10 e 13 de Novembro de 2013, na cidade de Águas de Lindóia, SP; e no **II Seminário Internacional de Educação do Campo – SIFEDOC, Fórum Regional do Centro e Sul do RS**, realizado em Santa Maria - RS de 08 a 10 de outubro de 2014.

ABSTRACT

This text is the result of a research¹ focusing on the construction of knowledge in rural communities in the tobacco-growing region through the recovery of local knowledge, in order to promote a diagnosis of the real situation of families living in the countryside. The research began its data collection with visits to farms, extending to the schools with the implementation of learning with students workshops, and later, a meeting with teachers. This data collection was essential to establish a connection between the stakeholders in the countryside education to provide a reflection on the contents and the teaching method used, and thus to instigate what students of the countryside must learn to become empowered individuals able to do the succession of the property. This diagnosis is in line with the formulation of strategies to guide the formulation of basic education curriculum proposals for schools located in the country.

The research meets a demand of municipalities in Vale do Rio Pardo region - RS, which need to diversify their economic development, in relation to tobacco plantation, changing a sociocultural scenario established for many years. The study has shown that the way to these local and regional initiatives take place would be through the school and its educational process within the community, showing that a basic education for the country based on the characteristics of popular education is possible, and represents an integrator work within the family, increasing the chances of young people remain with their families in the countryside and make the succession of properties.

Keywords: Rural communities, countryside's schools, local knowledge.

¹ This work was presented in part at the **IX National Meeting of Research in Science Education (ENPEC)** held between 10 and 13 November 2013 in the town of Aguas de Lindoia, SP; and the **International Field Education Seminar II - SIFEDOC, Regional Forum of Central and South RS**, held in Santa Maria - RS 08 to 10 October 2014.

CIP - Catalogação na Publicação

MUELLER, CARLA CRISTIANE
A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM COMUNIDADES
RURAIS E A BÚSCA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO
DO TABACO. / CARLA CRISTIANE MUELLER. -- 2015.
78 f.

Orientador: PROFESSOR DR. EDSON LUIZ LINDNER.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-
RS, 2015.

1. Comunidades Rurais. 2. Escolas do Campo. 3.
Saberes Locais. I. LINDNER, PROFESSOR DR. EDSON
LUIZ, orient. II. Título.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Da Educação Rural para a Educação do Campo.....	15
1.2 Políticas Públicas de Apoio.....	17
1.3 Perfil da Região Central de Cultivo do Tabaco.....	18
1.4 Agricultura Familiar na Região do Tabaco.....	20
1.5 Perfil do Município de Vera Cruz.....	24
2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS.....	27
3. CONTEXTO E METODOLOGIA DE ESTUDO.....	28
4. A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA E AS CATEGORIAS DE PESQUISA.....	33
4.1 Visitas as Propriedades Rurais que Cultivam Tabaco.....	34
4.2 Realização de Oficinas com Alunos das Escolas do Campo.....	39
4.3 A Educação no Campo e os Professores.....	43
4.4 Análise dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das Escolas do Campo.....	47
4.5 Quadro Comparativo dos Atores Sociais.....	50
5. PROJETO ESPECÍFICO PARA SER UTILIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
7. REFERÊNCIAS.....	64
8. ANEXOS.....	67

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa dos Municípios da Região do Tabaco.....	19
Figura 2: População Residente no Campo.....	19
Figura 3: Mapa de Distribuição das Escolas do Campo em Vera Cruz/RS.....	25
Figura 4: Quadro Estrutural da Proposta de Pesquisa-ação.....	30
Figura 5: Gráfico sobre o Conhecimento dos Professores em Relação ao PPP.....	44

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: IFDM e IDHM dos Municípios da Região do Tabaco.....	23
Quadro 1: Diagnóstico das Propriedades Fumicultoras.....	24
Quadro 2: Quadro Comparativo dos Atores Sociais.....	50
Quadro 3: Roteiro de Estações da Feira de Saberes do Campo.....	59

1. INTRODUÇÃO

Durante um longo período o campo foi considerado como um lugar da rusticidade, do inculto, do atraso, entre tantos outros atributos negativos. Diversos planos de intervenção no espaço rural foram guiados por esta visão e privilegiaram a transposição de modelos gerados na cidade para o campo, desprezando outros modos de ver e viver as experiências e as dinâmicas rurais.

No Brasil, esse processo esteve intimamente ligado à proposta pedagógica promovida pelo Estado junto às comunidades rurais. Conforme, Leite (1999, p.12), excetuando os movimentos de educação de base e de educação popular, “o processo educativo rural sempre esteve atrelado à vontade dos grupos hegemônicos do poder, não conseguindo deslocar seus objetivos e a própria ação pedagógica para as esferas de caráter sociocultural do meio rural”.

Segundo Whitaker (1992, p. 35): “o descaso para com a educação rural é geralmente colocado quando se diz que as famílias rurais não valorizam a escola colocando seus filhos para trabalhar ao invés de estudar”. Esta é uma falsa ideologia que tenta justificar a situação do Estado brasileiro que nunca se interessou em dar escola às populações rurais, politicamente fragilizadas diante do latifúndio monocultor e escravocrata e tornadas ainda mais vulneráveis após a urbanização do país, quando a ideologia urbana industrial exacerbou o preconceito contra o mundo rural.

“De certa forma, o ensino rural voltou-se mais para a formação de técnicos, visto a grande quantidade de escolas técnicas, que para a educação básica, com função de formar trabalhadores com experiências de trabalho no campo”. (WHITAKER, 1992, pág.48).

Assim, com a vinda de uma nova perspectiva para o campo, impulsionada pela insuficiência do modelo desenvolvimentista, a escola rural vem ganhando um novo perfil. Finalmente ela se abre para a construção de um novo modelo pedagógico que leva em conta as características e necessidades próprias ao aluno do campo dentro do seu espaço cultural, buscando a valorização dos saberes locais, dos espaços das propriedades rurais, da agricultura orgânica, do meio ambiente e incluindo a necessidade de atividades

pedagógicas direcionadas à promoção de um desenvolvimento rural. Na educação e pedagogia do campo, parte-se da particularidade e singularidade dadas pela realidade de homens e mulheres que produzem suas vidas no campo.

Todavia, não se postula o localismo e nem o particularismo, mediante os quais se nega o acesso e a construção do conhecimento e de uma universalidade histórica rica, porque é a síntese do diálogo e da construção de todos os espaços onde os seres humanos produzem sua vida. “Educação e conhecimento apontam para uma sociedade sem classes, fundamento da superação da dominação e da alienação econômica, cultural, política e intelectual”. (MUNARIM, 2010, pag.36).

A exposição e a interpretação que os meios de comunicação apresentam para o agricultor e para o trabalhador rural é geralmente de diminuição, de luta árdua e de pessoa sem cultura, sem conhecimento e totalmente vulnerável e moldável, um agente passivo. Não projetam o agricultor como uma profissão a ser seguida, com dignidade, mas sim como uma ferramenta de trabalho bruto. Este enfoque mostra com clareza que o trabalhador do campo não necessita se profissionalizar para exercer a sua função, muito menos precisa entender como funciona a cadeia do agronegócio, afinal ele sempre permanecendo como está, é mais simples para impor as regras.

Em contraponto, estamos falando de um ciclo longo, que se estabeleceu na região com a colonização europeia e a vinda dos imigrantes alemães, perdurando por mais de cem anos. Após a instalação das indústrias fumageiras nas cidades polo, como Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, logo se iniciou, também, o sistema de integração, no qual as indústrias detêm o domínio sobre todas as informações e dados do contrato de plantio, assessoria técnica e comercialização do tabaco em relação ao agricultor. Este sistema de integração oferece uma fórmula pronta para o agricultor, sem a necessidade dele se aperfeiçoar e adquirir conhecimentos para melhor gerir a sua propriedade, chega a ser um sistema alienador, moldando a mente do produtor, que acha bom permanecer como está sem necessidade de mudanças.

Tendo em vista que o ensino formal nas escolas do campo sempre foi urbano e sua concepção permanece igual mesmo depois de muitos anos, romper com este ciclo através da educação levando novos conhecimentos através da metodologia escolar é essencial para quebrar paradigmas e promover a construção de novas identidades nestas comunidades rurais que fazem o cultivo do tabaco.

Outro aspecto importante é o papel social da escola na comunidade rural, pois ela é o cenário de vários eventos sociais, como jogos, bingos, bailes, feiras, cursos, etc., de modo que é possível afirmar que a vida social de uma comunidade rural acontece na escola. Tal relação evidencia que não é somente a escola que estende suas ações até a população, mas também esta procura a escola, demonstrando total confiança. Tudo que acontece na escola reflete na comunidade e vice-versa. A escola do campo é familiar ao seu entorno, criando laços com a comunidade local, pela oportunidade propiciada de participação em atividades dirigidas pela escola em prol do local. A Escola em seu papel transformador poderia utilizar estas informações e revertê-las em conhecimentos e qualidade de vida para os cidadãos.

Conforme afirma Chassot (2001, p. 54): “a escola rural necessita de uma prática pedagógica diferenciada, que saiba veicular um saber significativo em indicadores para a ação nas famílias rurais”. Diante da colocação, o próprio sistema educacional da escola do campo não sabe o que ensinar, não sabe a dimensão que representa perante a comunidade rural, o que atualmente o faz um modelo ineficaz.

Nesta lacuna existente, entre o que ensinar e o que realmente o aluno da escola do campo precisa aprender entram os saberes locais, um conjunto de conhecimentos, práticas e atitudes, habilidades e experiências que se partilham no cotidiano dos envolvidos. Assim, o estudo dos saberes locais tem uma grande importância na atualidade, pois estão ligados à cultura e a suas temáticas específicas da vida cotidiana dos alunos. Estes saberes locais se localizam nas comunidades e estão centrados nas construções culturais, morais, artísticas e religiosas, na agricultura, na pesca, no artesanato e são transmitidos de geração em geração. Neste sentido, este conhecimento se

adquire desde a infância nas atividades diárias e na convivência com os familiares e a comunidade.

Este conhecimento popular precisa ser reconhecido pela escola e integrado à prática pedagógica através do currículo, assim os saberes que a escola gerencia, complementam-se com os saberes que o aluno convive em seu cotidiano diário, gerando ações e oportunizando conhecimento. Segundo Giroux (1997, p.167) “os homens formam seus pressupostos e intenções dentro das estruturas fornecidas por seu repertório cultural”. Assim sendo, a cultura é o fundamento dos saberes locais como um conjunto de processos históricos coletivos vividos no cotidiano.

1.1 Da Educação Rural para a Educação do Campo

Teoricamente, a relação entre o modelo econômico capitalista vigente e o processo de ensino ofertado para os povos que vivem no campo, é visível quando entra em discussão a Educação Rural e a Educação do Campo. Na primeira impera uma relação de hegemonia, que apesar de nos encontrarmos no século XXI, e das discussões pelas lutas das classes que vivem e trabalham no campo estarem mais acirradas, o que se vê de fato é uma educação rural. Poucas características da escola antiga e tradicional que dominaram nos anos 80 e 90 mudaram, pois as escolas praticamente mantêm os mesmos espaços físicos, mantêm ainda os mesmos métodos de ensino que não se adequam ao cotidiano moderno e emergente que o campo está passando atualmente.

De acordo com Leite (2002, p. 28), as primeiras tentativas de consolidação da Educação Rural foram despertadas mais especificamente pela sociedade brasileira “por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo”.

O autor ainda explica que com o passar dos anos a Educação Rural atendeu especificamente as necessidades da classe trabalhadora, mais preocupada em transmitir conhecimentos relacionados aos processos de trabalho no campo, como aprender a capinar, a plantar e a colher. Ou seja, a

escola passou a ensinar coisas voltadas a preparar o cidadão para o trabalho e tão somente para este fim.

Conforme afirma Fernandes (2006), “a Educação do Campo teve origem nos movimentos dos camponeses pela luta da reforma agrária”, já nos 70 e 80, que em sua lógica contempla um modelo em desenvolvimento econômico em ascensão, o agronegócio, o qual possui os camponeses como o centro do processo.

No campo existem milhões de brasileiras e brasileiros que vivem e trabalham no campo, como: pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias, entre outros (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 11).

Esses povos do campo possuem uma identidade cultural própria, que têm raízes na sua maneira de viver e trabalhar, enfim, uma cultura que se produz através de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998, p. 17).

Na compreensão de Caldart (2002, p.11), “os povos do campo devem ser atendidos por políticas de educação que garantam seu direito a uma educação que seja “**No e Do**” campo”. Conforme esclarece a autora: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (p. 18).

Já a partir da reformulação do currículo ocorrida após os anos 70, e com a universalização dos conteúdos específicos a serem ensinados nas escolas, o ensino nas escolas rurais passou a ter características urbanas, sem fazer uma sincronia com os sujeitos do campo e suas especificidades.

Munarim (2006, p. 20), assinala para a importância de superar essa visão dicotômica que considera a cidade como local de desenvolvimento e o rural como local de atraso, uma vez que as políticas públicas “voltadas ao meio rural são traçadas no sentido de extrair do campo o máximo de benefício em favor da vida na cidade, ou então, no sentido de urbanizar o espaço rural”.

Nesse sentido que a Educação do Campo vem a se constituir como uma política de igualdade social para que o sujeito do campo também tenha acesso aos conhecimentos que lhe são necessários para construir a sua vida, sua

identidade e sua história, num meio que já lhe pertence e no qual ele é o protagonista.

Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa (CALDART, 2003, p. 81).

A autora destaca ainda, a grande importância dos movimentos sociais neste processo, sejam eles de organizações ou de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra, pois em sua visão é assim que a sociedade muda o seu olhar em relação ao campo e seus sujeitos. Os movimentos sociais produzem uma dinâmica perfeita, de humanização sociocultural e aprofundamento de políticas que vão reconstruir a educação para os povos do campo.

1.2 Políticas Públicas de Apoio

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96), em seu artigo 28, estabelece que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

O reconhecimento da especificidade da educação do campo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB abriu a possibilidade de adequar à legislação educacional para que as diversas experiências construídas fossem reconhecidas e legalmente tivessem o seu respaldo. No ano de 2001, as escolas multisseriadas passaram a contar com o Programa de Ensino da Escola Ativa do Governo Federal, que foi organizado pelo Ministério da Educação – MEC, com o objetivo de propor estratégias metodológicas de acordo com a proposta pedagógica de cada escola, focando o ensino no aluno e em sua realidade social. Neste intuito em 2002 o MEC instituiu o Grupo

Permanente de Trabalho de Educação no Campo, criando em 2003 a SECAD, contemplando em sua estrutura a Coordenação Geral de Educação do Campo.

Em nível municipal, na realidade das escolas do campo, ainda se encontram muitas escolas multisseriadas de 1º ao 4º ano, agrupadas na mesma sala de aula e com uma professora para atender a todas as turmas ao mesmo tempo, no entanto ensinando basicamente com o livro didático e com uma educação urbana. No Estado do Rio Grande do Sul, a proposta de um novo currículo do Ensino Fundamental das escolas do campo da rede estadual foi reestruturada por ciclos de formação, no ano de 2014, organizando o currículo em três ciclos de formação, cada um com três anos ininterruptos. No total, o currículo tem nove anos, com um período de transição do sistema de ensino, das séries para os ciclos, mantidos os 200 dias letivos e as 800 horas/aula.

Das experiências já consolidadas de atendimento escolar no campo, podemos citar as EFAS – Escolas Famílias Agrícolas que através da (Pedagogia da Alternância)², articulam a aprendizagem escolar com a aprendizagem no âmbito familiar e comunitário, onde os estudantes do ensino médio permanecem na escola em regime de internato por uma semana e na outra colocam em prática nas propriedades o que aprenderam.

É considerado um marco da Educação do Campo a instituição do Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. O Decreto destaca os princípios da educação do campo, tais como o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

² Pedagogia da Alternância: É um método de ensino utilizado pelas Escolas Família Agrícolas, onde o aluno intercala um período de convivência na sala de aula com outro com a família na propriedade, com o intuito de diminuir a evasão escolar nestas áreas, bem como aplicar na prática o conhecimento adquirido com o estudo.

1.3 Perfil da região central de cultivo do Tabaco.

A região central do Estado do Rio Grande do Sul, na qual estão inseridos os municípios da região do Vale do Rio Pardo, são nove municípios que são considerados os produtores de tabaco. Esta região está representada pelos municípios de Gramado Xavier, Boqueirão do Leão, Herveiras, Sinimbu, Vale do Sol, Vera Cruz, Candelária, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Passo do Sobrado.



Figura 1 – Mapa dos Municípios da Região do Tabaco

Juntos estes nove municípios possuem 62,78% de sua população residente no campo, que de alguma maneira tem envolvimento direto e indireto com o cultivo de tabaco. Nestes municípios, bem como no município polo que é Santa Cruz do Sul, a economia é dependente do que é produzido no campo e para as famílias que fazem o cultivo do tabaco, o cultivo representa 56% da renda familiar (dados da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA).

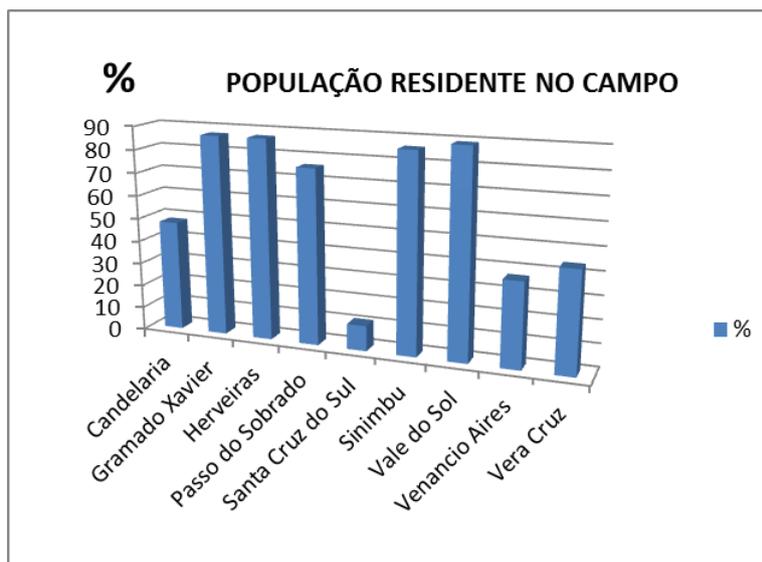


Figura 2. Gráfico da População Residente no campo (Censo IBGE, 2010)

As propriedades rurais da região do tabaco têm uma média de (16,4) hectares, dos quais grande parte destas propriedades se encontra em áreas de Preservação Permanente (APP), remanescentes da mata atlântica e relevo que dificultam a agricultura. A importância socioeconômica do tabaco para esta região é indiscutível, sua renda movimentou o urbano e o rural, de maneira que o urbano já aguarda os meses de venda do tabaco para comercializar melhor os seus produtos e serviços. Envolvem fabricantes de agroquímicos, de máquinas e implementos agrícolas, transportadores, distribuidores e safristas.

1.4 Agricultura Familiar na Região do Tabaco

Nos últimos anos a agricultura familiar tem sido incentivada por vários órgãos nacionais e internacionais, por possuir características que melhoram também a qualidade de vida das pessoas assegurando um equilíbrio com o meio ambiente. Na região analisada pela pesquisa, onde a produção do tabaco é à base da cadeia produtiva, é possível observar que há um grande número de jovens que abandona as suas propriedades em busca de melhores alternativas de vida e de renda, mesmo que muitas vezes os pais possuem muita terra. Isto demonstra a falta de orientação das famílias, quanto ao gerenciamento e gestão do agronegócio da propriedade, pois há capacidade de produção e diversificação de culturas, mas a maioria deles produz apenas o tabaco.

Em algumas famílias as características primitivas e culturais seguidas por longos anos ainda predominam, como exemplo o lucro da safra agrícola permanece com o patriarca, que o controla durante o ano. Não existe nenhum traço de empreendedorismo, as empresas integradoras que firmam os contratos de compra do tabaco, fazem tudo pelo agricultor. As indústrias firmam o contrato de fornecimento dos insumos na casa do produtor, após a semeadura e o plantio, o orientador agrícola faz as visitas de monitoramento com o intuito de comercializar mais insumos agrícolas e, na hora da venda da safra anual, é também a indústria que determina o valor pago pelo produto ao produtor. O sujeito que permaneceu envolvido em todo o processo não tem vez para opinar, simplesmente precisa aceitar o que lhe é imposto.

Embora, o fato do agricultor participar pouco do processo de tomadas de decisões em relação ao cultivo do tabaco, ele possui o suporte de algumas entidades associativas, como é o caso da Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA), do Sindicato dos trabalhadores rurais (STR), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (AMPROTABACO), com função de defender o plantio de tabaco e participar da negociação para estabelecer o valor de compra do mesmo na região sul do Brasil. Estes órgãos tem um papel importante na hora de representar o interesse do agricultor que cultiva o tabaco tanto para estabelecer as políticas de apoio em nível de Governo Federal, Governo Estadual e principalmente perante as indústrias que fazem a compra, porém muitas vezes não conseguem fazer o seu trabalho dentro do processo, são pressionados pelas indústrias e acabam atuando do mesmo lado.

Como um trabalhador do campo, que não precisa fazer o mínimo de esforço para pensar, vai ter alguma noção de empreendedorismo? Como vai desenvolver a capacidade de gerir a sua propriedade, diversificar as suas culturas e produzir alimentos? Como poderá estimular os seus filhos a permanecer no campo? Parece impossível, mas não é, pois a dimensão cultural da região é muito forte e necessita ser trabalhada com o acesso ao conhecimento. As famílias da região cultivam o tabaco por várias gerações e sempre ficaram neste ciclo, com isso foram privadas de uma educação básica,

que a incentivasse a descobrir novos horizontes, ficaram apenas no saber ler, escrever e calcular.

Segundo Miguel Arroyo, a escola rural sempre ensinou conhecimentos necessários para que o agricultor sobrevivesse no campo, como mexer com a enxada, tirar leite, modernizar a produção, utilizar novos adubos. Ela não incorporou uma visão mais digna para o campo, um ensino básico que prepara o cidadão para a emancipação, para a realização plena do ser humano e a produção do trabalho (GONZALEZ ARROYO, 2005, p. 47).

O agricultor familiar, que sempre envolveu a sua família no plantio de fumo, necessita de conhecimento para enxergar a sua propriedade como um todo, olhar para cada característica, descobrir potencialidades de produção, analisar a vocação da família para outros cultivos, ver a propriedade agrícola como um agroecossistema vivo, onde o sistema natural é aliado na produção agrícola. Desta maneira, vai também treinar a gestão de sua propriedade familiar, vai se emancipar criar seu próprio método de trabalho, e assim obter maior rentabilidade em seu negócio, protegendo o seu patrimônio, que é a terra e melhorando a sua qualidade de vida.

A saída do jovem do convívio sociofamiliar rural para o urbano nas regiões com produção de tabaco tem atingido os jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Isto tem gerado um envelhecimento do meio rural e um predomínio masculino, visto que as meninas deixam o campo com uma proporção maior do que os meninos. Será que isto está ligado a falta de perspectivas no meio rural? Creio que será em torno do tema da sucessão que vai ser decidido se o espaço rural será fortalecido com jovens envolvidos em sua autoestima ou irá à busca de algo no vazio oferecendo sua mão-de-obra sem qualificação o que levará a ser submetido a salários baixos. Estes fatores estão desestimulando os jovens na permanência no meio rural, os quais procuram por trabalhos no meio urbano e nas cidades maiores para se estabelecer.

Pesquisas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER – RS) vêm demonstrando o processo de “esvaziamento” que o campo vem sofrendo, o que vem preocupando a agricultura familiar no estado,

sobretudo no que diz respeito à sucessão nas pequenas propriedades familiares, bem como a própria permanência dos agricultores no meio rural.

De acordo com o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**, entre 1991 e 2010, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o Brasil em 2013, o país cresceu 47,5% e pensando que este índice leva em consideração a longevidade, a educação e a renda dos brasileiros, é impossível projetar um desenvolvimento maior sem levar em consideração o papel da agricultura e da educação no campo, e com isso alavancarmos os três critérios. Para tanto, estabelecer políticas de incentivo, para que o jovem escolha viver no campo e a agricultura como uma profissão vêm ao encontro da necessidade dos municípios da região que tem sua economia eminentemente agrícola voltada ao tabaco.

A estrutura política e educacional destes municípios é frágil, o **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM** divulgado em 2014, e em referência ao ano de 2010 que leva em consideração a educação, a saúde, o emprego e a renda das pessoas, demonstra que os municípios apresentam um desenvolvimento moderado, por atingirem de 0,6 a 0,8 pontos, o que comprova a potencialidade da região, mas também alarma para melhorias urgentes. A metodologia do IFDM foi aprimorada para captar os novos desafios do desenvolvimento brasileiro para esta nova década, buscou padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores municipais e com isso buscou situar o Brasil no mundo.

Município	IFDM (FIRJAN)	IDHM (ONU)
Santa Cruz do Sul	0,84	0,77
Vera Cruz	0,69	0,73
Venâncio Aires	0,75	0,71
Boqueirão do Leão	0,59	0,70
Passo do Sobrado	0,66	0,69
Rio Pardo	0,69	0,69
Candelária	0,65	0,67
Gramado Xavier	0,62	0,63
Sinimbu	0,61	0,63
Vale do Sol	0,56	0,62
Herveiras	0,61	0,61

**Tabela 1. IFDM e IDHM dos municípios da região do tabaco
(FIRJAN, 2014 e ONU, 2013).**

1.5 Perfil do Município de Vera Cruz

A pesquisa foi realizada no município de Vera Cruz, situado na região central do estado do Rio Grande do Sul, com sua renda girando em torno da agricultura e muito dependente do cultivo de tabaco. As atividades realizadas no meio rural dominam a economia do município, especialmente, a produção do tabaco, como se percebe nos dados a seguir:

DIAGNÓSTICO DAS PROPRIEDADES FUMICULTORAS – VERA CRUZ		
Especificação	Safra 2011/12	Safra 2012/13
Nº de proprietários	1.612	1.488
Famílias que trabalham em parceria	752	794
Total de famílias produtoras	2.364	2.282
Pessoas ocupadas	11.111	10.725
Área com tabaco (ha)	4.439	4.374
Área com outras culturas (ha)	8.197	7.187
Valor bruto da safra de tabaco (R\$)	62.955.900	66.649.650
Valor produção vegetal/animal (R\$)	40.200.056	36.839.904

Quadro 1: Diagnóstico de Propriedades com Tabaco
Fonte: AFUBRA

Contudo, certamente, as maiores riquezas de Vera Cruz são sua cultura e educação. O município é conhecido como a Capital da Gincana, símbolo do trabalho cooperativo. Esta gincana acontece anualmente e envolve toda a comunidade, que se organiza em equipes. Estas equipes se mantêm ao longo dos anos e a cada ano conquistam novos integrantes, reforçando o resgate das culturalidades e trazendo ao presente a história do município.

O município de Vera Cruz possui um perfil cultural bem miscigenado, a parte alta do município possui descendentes de alemães e italianos, já a parte baixa do município possui descendentes de açorianos, portugueses, negros e índios. Esta mistura no perfil cultural contribuiu para marcar as características próprias de cada localidade do município e assim definir as identidades da população, como tradições, cultivos, modo de vida e trabalho.

O município de Vera Cruz apresenta uma estrutura educacional composta por 14 escolas no campo, 2 estaduais e 12 municipais, destas a maioria permanece multisseriada, atendendo a comunidades específicas de cada localidade do município. São elas: EMEF Olavo Bilac – Linha Sítio; EMEF Nossa Sra. Aparecida – Entre Rios; EMEF Prof. Henrique Cândido Pritsch – Linha Tapera; EMEF Júlio de Castilhos – Linha Dois de Dezembro; EMEF Ernesto Wild- Linha Fundinho; EMEF D. Pedro II- Rincão da Serra; EMEF Sagrado Coração de Jesus – Entrada Ferraz; EMEF Gonçalves Dias- Linha

Ferraz; EMEF Intendente. J. W. Koelzer – Alto Ferraz; EMEF São Jacó- Alto Ferraz e a EMEF Pe. Benno Muller – Vila Triângulo.

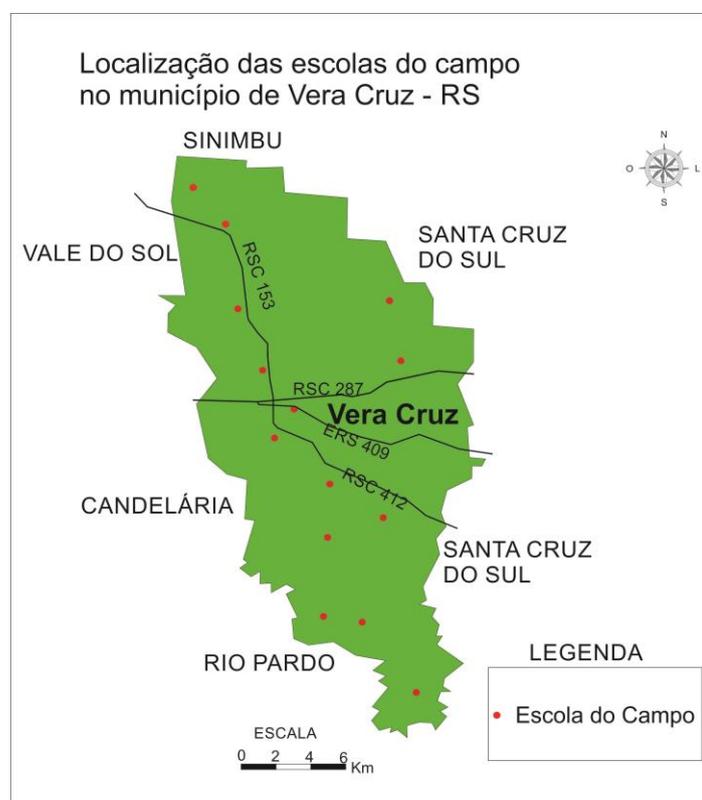


Figura 3 – Mapa de Distribuição Escolas Campo em Vera Cruz/RS

Como é característico das escolas multisseriadas, alguns educadores assumem, além da sala de aula, a função de direção e outras que surgem no decorrer do ano letivo, pois, em geral, não há disponibilização de outros funcionários. Em alguns educandários, a escola conta com o apoio de uma pessoa da comunidade que auxilia com o preparo da merenda escolar e na limpeza da escola, de uma a duas vezes por semana, por meio de parceria com programas da Secretaria de Desenvolvimento Social.

A delimitação da área de pesquisa envolverá as escolas do campo do município de Vera Cruz, onde a pesquisadora já atua na educação local.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Frente à situação atual das escolas do município de Vera Cruz, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa:

Como ocorre o processo de construção de conhecimentos pelos jovens do campo através do que ensinam as escolas atualmente e qual o papel de cada ator social neste processo?

O objetivo geral da pesquisa será o de verificar se o ensino do campo na região do tabaco está levando em consideração os saberes locais.

Como objetivos específicos: verificar se os saberes locais fazem parte da prática pedagógica cotidiana da escola; se os saberes locais contribuem para o interesse dos alunos em seu aprendizado.

3. CONTEXTO E METODOLOGIA DO ESTUDO

Neste estudo foi utilizada como base metodológica para a coleta de dados empíricos e desenvolvimento do trabalho a pesquisa ação, a qual propiciou a ornamentação de um ciclo de atividades e momentos de interação entre os participantes para propiciar a investigação-ação de maneira que desencadeasse uma continuidade de ações no decorrer da pesquisa. Thiollent (2009, p.2) define pesquisa-ação como aquela que:

[...] consiste em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real (THIOLLENT, 2009, p.2).

Foi estabelecido um processo prático para coleta de evidências para que pudesse ser feito um diagnóstico da situação, ficando muito claros os objetivos da pesquisa e o que se queria alcançar com eles.

A pesquisa-ação surge como um método capaz de aproximar a teoria e a prática, tão essenciais para as pesquisas de cunho educacional. Segundo Engel (2000), “uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto”.

A pesquisa neste sentido constitui-se em uma forma de democratização do saber, produzida pela transferência e partilha de conhecimentos e de tecnologias sociais, criando o “poder popular”, visto que os setores populares vão adquirindo domínio e compreensão dos processos e fenômenos sociais nos quais estão inseridos, e da significação dos problemas que enfrentam (ANDER EGG, 1990).

Um dos idealizadores da pesquisa-ação foi o psicólogo alemão Kurt Lewin, que viu a necessidade do pesquisador buscar também relacionar a sua teoria á prática, interferindo neste sentido nos resultados obtidos em suas pesquisas. Na área do ensino, especialmente na prática docente este tipo de

análise vem demonstrando também um aperfeiçoamento do professor, pois este vincula a teoria à prática de fato.

A forma de pesquisar a realidade implica a participação da população como agente ativo no conhecimento de sua própria realidade e possibilita a mesma adquirir conhecimentos necessários para resolver problemas e satisfazer necessidades. A pesquisa por ser ação, a própria forma ou maneira de fazer a investigação da realidade gera processo de ação das pessoas envolvidas no projeto. O modo de fazer o estudo, o conhecimento da realidade já é ação; ação de organização, de mobilização, sensibilização e de conscientização (ANDER EGG, 1990).

É importante observar que este tipo de pesquisa faz parte de um ciclo, ou seja, suas fases tendem a variar e gerar novos resultados de acordo com a intervenção que é realizada, definindo novas problemáticas e apontando para novos planos de ação. Segue abaixo um quadro estrutural que demonstra e especifica cada fase do ciclo de pesquisa-ação utilizado para este trabalho.

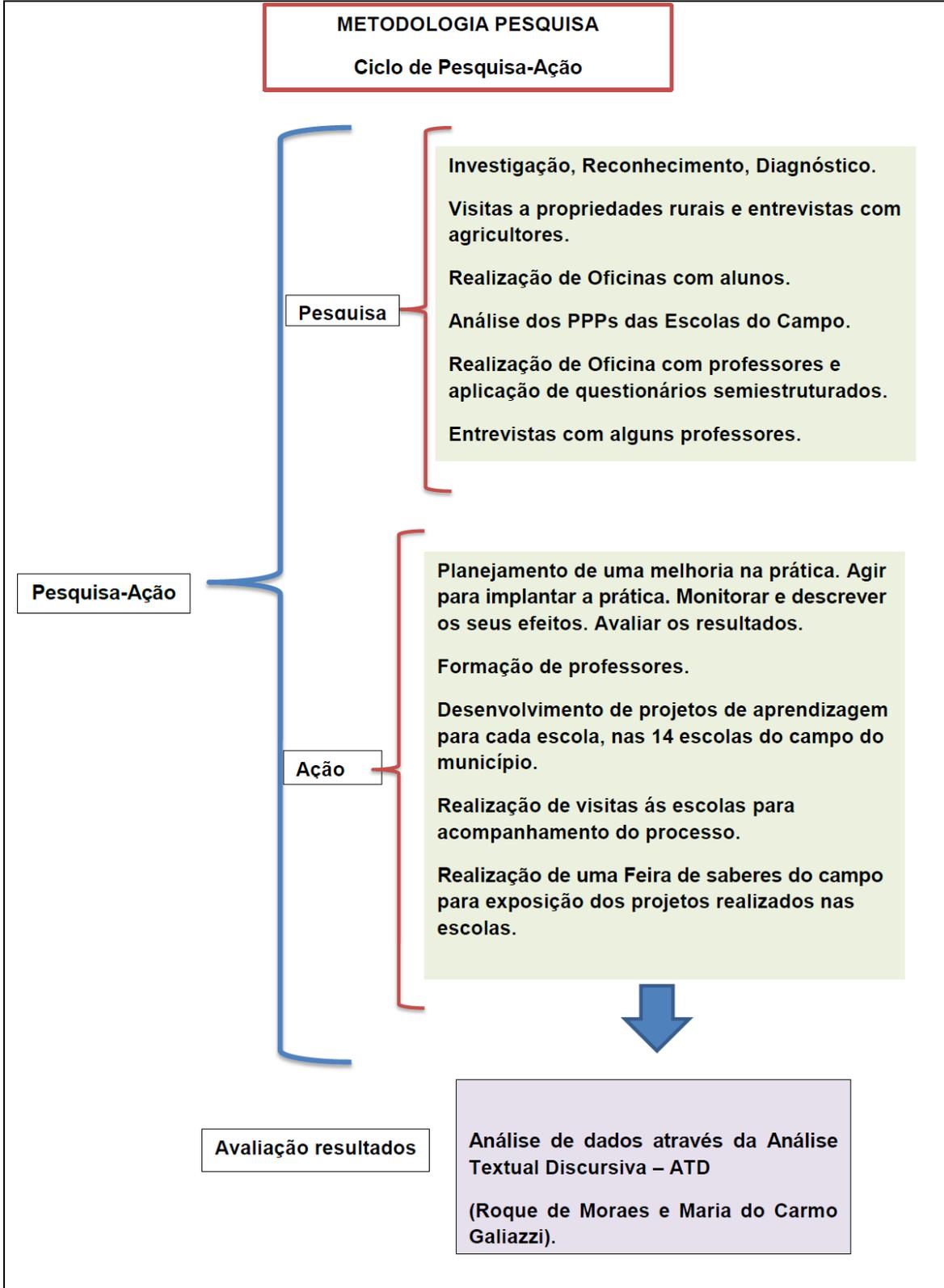


Figura 4. Quadro Estrutural da Proposta de Pesquisa-Ação

O método de pesquisa-ação esteve norteado pelo problema de pesquisa, em verificar se realmente há um processo de construção de conhecimentos pelo que é ensinado nas escolas de fato e se através daquilo que é ensinado há perspectivas dos jovens em permanecer com seus pais na propriedade.

O primeiro passo da pesquisa consistiu na realização do diagnóstico da situação, onde foram realizadas visitas “*in loco*” em aproximadamente 50 propriedades rurais, para reconhecimento do campo de pesquisa e dos fatos que expressam a identidade dos sujeitos que trabalham e sobrevivem com a renda do tabaco. Este primeiro contato propiciou enxergar as propriedades, conversar com as famílias, identificar aspectos ligados á culturalidade das comunidades, ouvir relatos e anseios da vida cotidiana das famílias, bem como conhecer suas potencialidades e saberes. Os agricultores também foram questionados a respeito dos rumos da agricultura na região e como pretendem incentivar a seus filhos a permanência no campo, visto que grande parte dos jovens buscam alternativas nas cidades.

Nesta primeira etapa da pesquisa, também foram realizadas oficinas com alunos das escolas do campo, para coleta de dados empíricos e informações sobre os conteúdos das aulas ministradas pelos professores nas escolas. As oficinas foram ministradas para duas turmas de concluintes do ensino fundamental sempre em turno oposto ao da aula, em duas localidades do município. Participaram das oficinas cerca de 50 alunos. Os jovens foram questionados a cerca das suas perspectivas de permanecer no campo e trabalhar nas propriedades rurais, principalmente em continuar com o cultivo de tabaco, fazendo a sucessão dos pais na propriedade.

Nesta busca preliminar por dados e evidências que mostrassem a realidade da educação do campo na região do tabaco, foi realizada também uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas (PPPs) para observação dos conteúdos que continham relacionados ao campo, se a matriz curricular era adequada a uma escola do campo e se houve participação (professores, pais, comunidade) na elaboração destes.

Nas fases seguintes da pesquisa, os professores que atuam nas escolas do campo também foram reunidos em um encontro, onde puderam falar sobre as suas práticas pedagógicas e responderam a um questionário semiestruturado, que continha questões relevantes sobre a autonomia da escola na elaboração do projeto político pedagógico, sobre o planejamento da prática pedagógica e os conteúdos abordados em sala de aula e principalmente sobre a importância da escola do campo no desenvolvimento social, econômico e cultural das localidades.

Esta primeira etapa do trabalho propiciou a formulação das hipóteses da pesquisa, para assim pensar a implantação de uma ação prática que pudesse orientar o trabalho pedagógico nas escolas. Para planejar esta ação, foi necessário questionar: qual o papel da escola em uma comunidade rural e quais os conhecimentos necessários ao aluno do campo? Como se constrói o conhecimento em uma comunidade rural?

Baseados na formação e nas próprias concepções, os professores construíram os seus projetos de aprendizagens, centrados sempre no perfil de aluno que cada escola atende e nas características de cada localidade do município. Assim, tanto as escolas multisseriadas como também as de ensino fundamental completo, elaboraram a sua proposta, procurando valorizar o conhecimento prévio dos alunos.

Estes projetos foram desenvolvidos durante o ano de 2014 em cada escola, procurando interagir os conteúdos específicos de cada disciplina com a proposta do projeto de aprendizagem, estimulando a curiosidade dos alunos, viabilizando uma troca de conhecimentos e estimulando a construção de potencialidades.

Na finalização dos trabalhos e dos projetos de aprendizagens, as escolas do campo foram convidadas a participar de uma Feira de Saberes do Campo, justamente para expor os trabalhos que realizaram durante o ano e para trocar experiências com as demais.

4. A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA E AS CATEGORIAS DE PESQUISA

O ciclo de Análise Textual Discursiva (ATD) tem a possibilidade de exprimir sentidos e construir compreensões, analisando e expressando os significados dos textos advindos das entrevistas com os agricultores, das oficinas com os alunos, dos questionários com os professores e da análise dos projetos pedagógicos das escolas. Na análise textual discursiva proposta pelos autores, Roque de Moraes e Maria do Carmo Galiazzi, há a possibilidade de um olhar mais holístico e abrangente, sobre os dados da pesquisa, possibilitando reconstituir o que expressam os atores sociais e suas relações. A partir da compreensão do que é exposto é possível criar uma experiência para ser utilizada pela educação básica na região.

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização (MORAES e GALIAZZI, 2006)

Nas categorias de análise tenta-se expressar uma relação sobre a visão de todos os envolvidos, com opiniões particulares de cada um, como também a opinião do coletivo, com inferência também da autora da pesquisa.

Todo o processo da Análise Textual Discursiva (ATD), utilizado para esta pesquisa consistiu em representar de modo especial a unitarização dos dados coletados em campo, o que constituiu o exercício de produção de sentidos, processo em que pela interação com outras vozes o pesquisador atualiza sentidos expressos. A desconstrução total nunca é atingida, exigindo constantes decisões sobre o encaminhamento do processo. A unitarização é processo de colocar-se no movimento dos pensamentos da consciência coletiva, de reconstrução de significados compartilhados socialmente a partir da perspectiva pessoal do pesquisador (LÉVY, 2001, p. 120).

A análise textual discursiva pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que

novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada (MORAES, 2003, p.192).

Para a desconstrução do material da pesquisa estabeleceu a necessidade de manter a originalidade das informações, representando na primeira etapa de análise o que de fato foi percebido neste primeiro contato que se estabeleceu entre o pesquisador, o seu campo de trabalho e os seus pesquisados, com o intuito de unitarizar as categorias de análise que se escondem nos dados empíricos coletados.

Apresenta-se também um quadro comparativo que nos fornece um panorama da complexa relação que existe entre todos os envolvidos no processo de educação do campo na região que cultiva tabaco, apresentada pela visão dos atores sociais envolvidos, alunos, pais e professores.

4.1 Visitas às propriedades rurais que cultivam tabaco

Nas visitas as propriedades rurais, foram aproveitados momentos de espontaneidade dos agricultores para falar da pesquisa, sem o intuito de pressioná-los a responder ou seguir um questionário com perguntas pré-elaboradas, de maneira que os registros “*in loco*” mantivessem a originalidade dos fatos.

Os relatos dos agricultores durante as visitas as propriedades rurais, demonstraram que de fato o trabalho com o tabaco não é o que escolheram para si, mas é o que dá o sustento para a família, tendo em vista que outros cultivos não geram tanta renda quanto o tabaco.

“Faz tempo que a gente lida com o fumo, eu mesmo ajudei meus pais desde criança, depois de casado consegui adquirir minha propriedade e sempre plantamos, a cada ano, só nós dois plantamos 60.000 pé de fumo. Aqui não dá outra coisa pra fazer dinheiro mesmo”.

“Nós temos pouca terra e quase tudo é morro, por isso o melhor ainda é plantar fumo, dá pra viver com esse dinheiro por ano”.

“É melhor plantar uns mil pés de fumo a mais do que outras coisas, a gente não faz dinheiro com o resto”.

Muitos dos agricultores entrevistados possuem um baixo grau de instrução, a maioria estudou até a quarta série, aprendeu as noções básicas como ler, escrever e calcular. Este fato demonstra a grande dificuldade das famílias em lidar com o cotidiano moderno que se estabeleceu com as tecnologias e assim filtrar as informações que chegam através dos meios de comunicação.

“Antigamente não tinha colégio perto, nós tínhamos que caminhar duas horas até chegar e aí não aprendia mais nada, e quando tinha uns 10 anos, o pai dizia para ficar em casa e ajudar na lavoura”.

“Eu sempre digo para meus filhos, estudem! Depois vocês vão para a cidade e arrumam um emprego em outra coisa, a vida é mais fácil na cidade”.

Nas visitas também foram questionados a respeito da sucessão das propriedades, tendo em vista que em grande parte dos agricultores possui acima de 50 anos e continuará com os cultivos por pouco tempo, o que afetaria toda a cadeia produtiva de tabaco. Alguns agricultores relataram a grande dificuldade de passar conhecimentos sobre a propriedade a seus herdeiros, já que estes seriam beneficiados pelas leis contra o trabalho infantil até os 18 anos e depois de cursarem o ensino médio na cidade não retornariam mais para o trabalho na lavoura.

Alguns agricultores relataram que os seus filhos já não querem mais auxiliar nas tarefas domésticas, como cuidar do pátio, da horta, e tratar os animais depois que voltam da escola, pois isso seria trabalho infantil e proibido por lei. É importante ressaltar que as informações que chegam para as comunidades, muitas vezes não representam a realidade, viram fatos distorcidos e se espalham pela localidade de maneira errônea.

“Os filhos vêm da escola e dizem que tem que estudar, que não pode mais ajudar no trabalho porque a professora disse que é proibido as crianças trabalhar”.

“Nos aqui não soubemos fazer outras coisas, por isso precisamos continuar plantando fumo, e agora depois de velhos não queremos mais começar a investir em outras culturas”.

Ficou muito claro também o abandono social das pessoas que trabalham diariamente na lida do tabaco, pois quase não possuem tempo livre durante o ano para outras atividades, enquanto um ciclo do tabaco se fecha no mês de julho com a venda do produto, o outro já começou em meados do mês de maio para iniciar a nova safra. Esta falta de tempo afeta principalmente as atividades do lazer, a qualidade da alimentação que consomem e a comunicação entre os membros da família e outras pessoas.

“Nós aqui somos a quinta roda da carroça, ninguém aparece na propriedade para nos ajudar, sempre para vender alguma coisa ou cobrar algo”.

“Depois do plantio do fumo e principalmente na colheita, não dá tempo nem de fazer a comida, pois o fumo não pode esperar, tem que ir para a lavoura de manhã cedinho, pois depois o sol esquenta muito e aí a gente não aguenta”.

Outra observação importante foi a grande dificuldade dos agricultores frente à interferência das mudanças climáticas no trabalho da lavoura e no cultivo do tabaco, pois nos últimos anos com a intensificação de chuvas torrenciais, granizos, ventos fortes e secas as perdas foram significativas. Muitos proprietários não conseguiram quitar suas dívidas com as empresas, o que vem gerando juros altos e conseqüentemente torna o seu trabalho alienado, já que terá que fazer uma nova safra para pagar a anterior.

“Na agricultura a coisa tá difícil, a gente plantou fumo a vida toda, mas nos últimos anos o granizo e os ventos deram muito prejuízo, tivemos que ficar devendo na firma. Agora nesse ano vamos plantar um pouco mais para tentar pagar a safra do ano passado”.

Na releitura dos dados coletados com as visitas pode se identificar os principais paradigmas que se apresentam para o agricultor do tabaco. A pesquisa descobriu que 95% dos agricultores entrevistados possuem falta de autoestima, o que prejudica em muito as relações sociais dos mesmos,

principalmente o compartilhamento de informações. A falta de autoestima faz com que eles não valorizem o seu trabalho e suas conquistas, demonstrando isso para as gerações novas.

O estímulo para a participação política através dos conselhos nas decisões principalmente a níveis locais e regionais seria de fundamental importância, pois o produtor teria a oportunidade de valorização e de participação efetiva na democracia e faria parte das decisões que envolvem a de sua localidade. Outro fator preponderante para estimular os agricultores e melhorar sua autoestima é a valorização econômica da produção agrícola, visto que muitos se esforçam o ano inteiro e no final da safra ainda permanecem com dívidas, o que é desestimulante e os faz perder a vontade de continuar produzindo.

Sobre a falta de conhecimento básico em gerir a sua propriedade, podemos dizer que 80% das propriedades visitadas, apresentaram indícios de que são mal gerenciadas. Isto quer dizer que o espaço da propriedade não é bem aproveitado, não fazem rodízio entre as culturas anuais, não recuperam o solo, sequer sabem quantos hectares possuem registrados e onde se localizam as suas divisas, de fato, não conhecem a sua propriedade. Este conhecimento básico, que não chega a ser técnico, é que necessita com urgência ser recuperado e inserido nas famílias.

Com a implantação da monocultura de tabaco, os agricultores foram perdendo seus hábitos culturais, em produzir os alimentos para o próprio consumo para não precisar comprar. Em 70% das propriedades visitadas, os agricultores preferem não produzir mais alimentos para o consumo diário, argumentam que é mais prático comprar do caminhão que passa semanalmente e justificam que a falta de tempo e as condições climáticas são as responsáveis por isso.

Foram observadas poucas propriedades que ainda mantêm sua horta, visto que por uma tradição da região é comum o uso de ervas medicinais, temperos, legumes e verduras. É uma prática muito importante que se perde, pois dela depende principalmente a qualidade alimentar da família. É

importante ressaltar neste parágrafo, o papel da mulher na família rural, que com o passar dos anos foi se transformando, ela passou a acompanhar o marido nas tarefas da lavoura e com isso deixou os cuidados domésticos de lado. A mulher rural possui uma função importantíssima no cuidado e na prevenção da saúde da família, pois geralmente é ela que prepara as refeições e garante os cuidados necessários com a higiene, beneficiando todos da família.

A preocupação em gerar renda é cada vez maior. Muitos deles já não cultivam alimentos, apenas plantam o tabaco e com isso esperam receber o suficiente para sustentar a família durante o ano. Como a venda do tabaco acontece uma vez por ano somente, acabam tendo apenas uma entrada de recursos, o que não garante mais a sobrevivência da família. Este seria um motivo suficiente para desestimular o jovem a continuar com os pais na agricultura, pois já não vislumbra uma condição financeira que irá trazer segurança para si e sua família.

Existem muitas iniciativas que falam na diversificação da propriedade, que estimulam a agregar outras culturas principalmente alimentícias ao cultivo de tabaco para com isso aumentar a entrada de recursos para o agricultor. Assim o mesmo teria renda em outros meses do ano também e poderia fazer o rodízio de áreas para auxiliar na fixação de nutrientes benéficos ao solo. As próprias indústrias do tabaco através de projetos sociais já conduzem estes programas junto a seus integrados, visando fortalecer toda a cadeia produtiva e estimulando os jovens a continuar com os pais no campo.

As relações familiares entre pais e filhos são afetadas, os mesmos já não conseguem dialogar sobre as perspectivas do campo. Por um lado os pais dizem que os filhos vão para a escola diariamente e que não aprendem nada sobre o campo e quando voltam não querem mais ajudar nas tarefas da propriedade. Já os filhos são categóricos e afirmam que não querem depender dos pais assim que concluírem o ensino fundamental e por isso preferem migrar para empregos na cidade e nos arredores, mas que ao menos garantam a independência financeira. Poderíamos dizer aqui, que falta um intermediador

neste processo, um papel que poderia ser o da escola, se esta estivesse preparada para atender aos jovens do campo e a suas necessidades.

Durante as visitas as propriedades, percebeu-se que em 80% delas, havia apenas pessoas acima de 50 anos, geralmente apenas o pai e a mãe. Em alguns casos moravam ainda o vô e a vó, que já não ajudavam mais nas tarefas da propriedade. Isto demonstra que a agricultura na região está envelhecendo e na maioria das famílias não há mais perspectiva de sucessão. Provavelmente será necessário que as políticas públicas atentem para estes índices, visto que em menos de dez anos muitas propriedades da região ficarão abandonadas.

4.2 Realização de Oficinas com alunos das Escolas do Campo

Nas oficinas realizadas nas escolas do campo sempre em turno inverso ao da aula, por concluintes do ensino fundamental, foram abordados vários temas relacionados ao campo com o intuito de registrar dados que pudessem ser utilizados na pesquisa.

As oficinas foram realizadas em seis encontros, distribuídos em dois a cada mês, durante o segundo semestre de 2013, onde os estudantes aprenderam sobre agricultura geral, história da agricultura e tipos de culturas da região, características e produção de alimentos orgânicos através da Agroecologia, biodiversidade e espécies arbóreas das propriedades e defensivos ecológicos. Esta introdução foi necessária para situar os alunos no contexto do campo, já que o ensino formal da escola não trabalha atividades ligadas de fato à agricultura. Após, os participantes foram desafiados a representar o espaço da propriedade rural em maquetes, incluindo todos os detalhes que se lembravam como quantidade de hectares de terra, características do relevo, construções, cultivos, vegetação arbórea entre outros. Esta atividade teve o objetivo de descobrir se possuíam algum conhecimento sobre o local que residem com os pais e qual seria sua perspectiva em permanecer na propriedade após a conclusão dos estudos.

De fato, poucos sabiam a quantidade de terra que os pais possuem, não sabiam relatar se ela era toda plantada ou se possuía mata nativa, conheciam poucas características além da casa e da horta. Os adolescentes relataram durante a atividade que, no caso das meninas, ficavam mais em casa para cuidar dos afazeres domésticos e nos caso dos meninos, a lida diária seria tratar os animais e acompanhar os pais em tarefas da roça, e que ao conciliar com os estudos ficava difícil observar outros aspectos.

Através de atividades foram questionados sobre a sua obrigação em auxiliar nas atividades ligadas ao tabaco, onde foram categóricos em afirmar que não ajudam diretamente, mas que fazem trabalhos auxiliares, como varrer o galpão, puxar lenha, fazer a limpeza das estufas, tirar o tabaco das varas entre outros. Comentaram ainda que não ajudam nas demais tarefas por causa dos estudos e principalmente porque os pais tem receio, pois configuraria trabalho infantil. Deixam implícito, nas afirmações coletadas que gostam de ajudar os pais nestas atividades e sabem também que isso representa aprender os desafios da profissão desde cedo.

Em outro momento foram instigados sobre as suas perspectivas de permanecer no campo, onde relataram em sua maioria a vontade de ficar nas propriedades, pela vida ser mais tranquila, mais calma, por oferecer alternativas de geração de renda e pela produção de alimentos próprios para consumo. Ainda afirmaram que os pais gostariam que eles continuassem na propriedade para fazer a sucessão, visto que teriam uma quantidade razoável de terras e pouca mão de obra para ajudar na produção, sem ter custos com a compra de imóveis poderiam ter rentabilidade maior em pouco tempo.

Alguns também comentaram que não se sentem atraídos para trabalhar com os pais na propriedade, pois não recebem os lucros de seu trabalho. Quando querem ir a uma festa, por exemplo, precisam pedir dinheiro aos pais, que muitas vezes negam e não valorizam o trabalho dos filhos. Comentaram também que gostariam de ter um maior acesso as tecnologias, como a internet e as mídias disponíveis, para que pudessem estabelecer contatos e assim ter uma maior liberdade e amizades.

Foram também questionados sobre o interesse em continuar os estudos, mesmo que teriam que ir para a cidade para completar o ensino médio, todos afirmaram que pretendem continuar estudando para levar uma vida melhor do que a dos pais, mesmo que permaneçam trabalhando junto à propriedade.

Os alunos comentaram também que gostariam de aprender na escola nas variadas disciplinas, conteúdos relacionados ao campo e que seriam úteis ao cotidiano que vivem. Pois até o momento, os professores abordavam conteúdos sem relação com o campo e que não teriam conexão com o dia-a-dia dos sujeitos. Em contraponto, possuíam apenas uma disciplina (Técnicas Agrícolas), na qual o professor tratava o assunto em separado, com trabalhos práticos na horta da escola.

Esses detalhes apanhados através das oficinas nas escolas nos mostraram o quanto à educação nas escolas do campo ainda falta avançar, há o desejo de fazê-la acontecer, visto que a área rural apresenta as suas características próprias, porém ainda não se sabe como fazer.

Investigou-se, também, como os jovens interagem com o local onde vivem e como são afetados pelas características culturais e costumes das comunidades. Para isso se buscou conhecer melhor o local onde estes jovens estão inseridos, através da recuperação dos saberes locais como o resgate de fatos históricos, pessoas influentes, tradições, linguagens, manifestações culturais e esportivas. Os próprios alunos nas atividades das oficinas fizeram as entrevistas com pessoas idosas da comunidade, fizeram o resgate de documentos, fotos, busca em jornais e saídas a campo, onde iniciaram um processo de mobilização entre grupo escolar e comunidade. Através destes registros foi possível observar que a comunidade quer se envolver nos assuntos da escola, porém esta muitas vezes não sabe como guiar o trabalho em sala de aula, o que prejudica esta importante relação.

As oficinas realizadas permitiram um entrosamento e um diálogo entre os jovens e seus familiares, uma peça chave fundamental para a construção de uma nova agricultura. É imprescindível haver iniciativas para reorganização da

força de trabalho e adaptação da pequena propriedade rural a um novo modelo agrícola.

Em seu diálogo, Miguel Arroyo (2005, p.57), já afirmava que: “os movimentos sociais do campo são em si mesmos educativos, em seu modo de se expressar, pois o fazem com gestos e mobilizações a partir de causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores”.

Diante das colocações foi possível exprimir os paradigmas para esta categoria e análise, que se concentraram na: Falta de interação dos filhos com os pais; Falta de conhecimentos básicos sobre a propriedade; na Liberdade e no convívio social do jovem; Pouco acesso às tecnologias; Falta de renda própria; Falta de perspectivas para o futuro; Falta de conexão da escola com a realidade do campo; e a falta de envolvimento do jovem com a comunidade.

Os questionamentos feitos aos estudantes nas oficinas demonstraram que devido á pouca interação destes com seus pais, o eu inclui também familiares próximos e comunidade, estão perdendo vários saberes, tão necessários para se reconhecerem como parte integrante daquela localidade onde mantivessem a sua identidade. Os jovens se sentem perdidos e desorientados, principalmente nesta faixa etária em que estão concluindo o ensino fundamental.

Diante das atividades realizadas com os jovens, se percebeu que os mesmos não estão conectados com o local onde vivem, pois na escola não aprendem sobre o campo e com isso não criam expectativas e possibilidades de permanecer lá. A escola, quando não insere em sua matriz curricular atividades ligadas ao meio socioeconômico de seus alunos, por sua vez, desconecta-os de sua identidade, o que dificulta a convivência destes com suas famílias e ainda mais com a sociedade a que pertencem.

Podemos dizer que muitos dos estudantes que participaram das oficinas, vinham em turno oposto ao da aula para não ter que ajudar os pais na propriedade, não para o intuito de adquirir mais conhecimento e aprender sobre o campo. Tal fato deixa claro que sua relação diária com os pais é conflitante,

não possuem um diálogo aberto e voltado para a permanência do jovem no interior.

4.3 A Educação no Campo e os Professores

Uma das categorias de análise foi o trabalho desenvolvido pelos professores nas escolas, com base nas informações que os mesmos repassaram através dos questionários e em conversas durante o encontro de formação.

O despreparo dos professores que atuam nas escolas do campo é notório, não sabem como adaptar as suas aulas á realidade apresentada, vêm de uma realidade urbana, cuja formação que tiveram também foi baseada no urbano, e depois de passarem nos concursos foram lançados a lecionar em escolas do campo. Há um esforço muito grande por parte dos professores em superar esta falta de preparo, pois inserem em suas aulas conteúdos do campo, porém sem um ordenamento, sem fazer uma conexão uns com os outros, sem saber para qual direção querem lançar estes alunos, nem para a abertura de novos horizontes para que estes permaneçam no campo.

Nos questionários respondidos por cerca de 60 professores durante a sua participação no encontro de formação, os mesmos foram questionados a respeito da autonomia das escolas em elaborar o seu próprio projeto político pedagógico, onde 75% dos docentes informaram que as escolas possuem autonomia na elaboração e na revisão periódica do seu Projeto Político Pedagógico - PPP, 13% dos professores informaram que possuem o Projeto na escola, mas em sua elaboração seguiram orientações da Secretaria Municipal de Educação - SMED para atender a todos os dispostos, o que muitas vezes significa se enquadrar naquilo que está sendo proposto. 9% deles afirmaram que a escola possui o projeto, mas que a participação dos professores é restrita, ou seja, geralmente não são consultados sobre a sua revisão; ainda 3% dos profissionais informaram não saber se a escola possui o projeto.

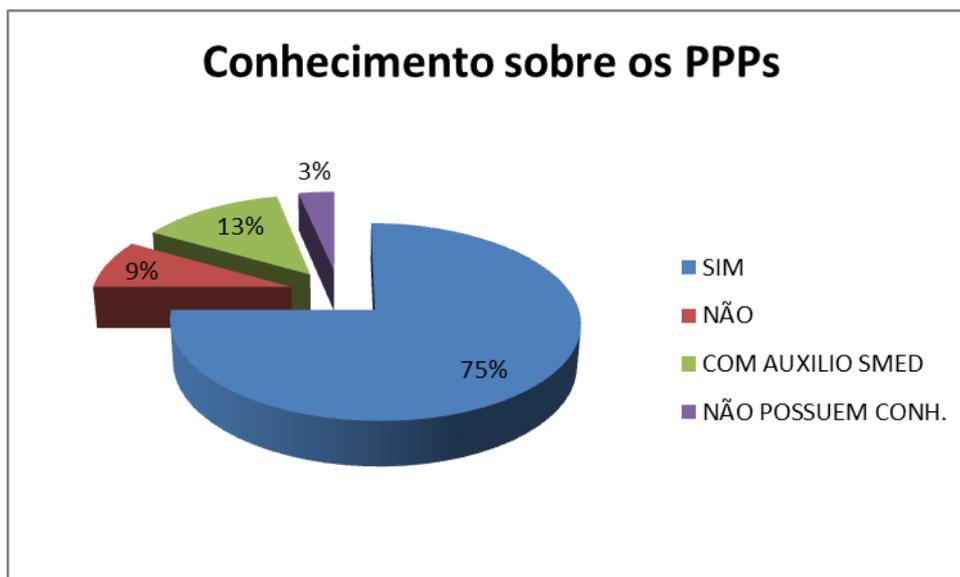


Figura 5: Gráfico sobre o conhecimento dos professores em relação ao PPP

Em relação á participação da comunidade (professores, pais, alunos, representantes comunidade) na elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas, os profissionais responderam que sim, houve a participação de todos, embora admitam que esta participação poderia ter sido mais abrangente, dando mais ênfase ao trabalho. Responderam também a questão do planejamento da prática pedagógica na escola, onde alguns professores afirmaram que possuem aulas livres para fazer o seu planejamento e alguns informaram que não, dizendo ainda que individualmente até conseguem planejar, mas que nem sempre é possível conectar este planejamento com o grupo todo, demonstrando que a interdisciplinaridade não ocorre.

No questionário foram perguntados sobre quais os conteúdos relacionados ao campo que desenvolvem nas escolas, onde responderam: Horta escolar (plantios, cuidados, consequências do uso de agrotóxicos); Alimentação saudável, diversificação na propriedade; Consequências ambientais; Economia de recursos naturais e financeiros; valorização e importância do campo; Jardinagem com os alunos; Sustentabilidade; Educação ambiental; Compostagem; Conservação da Água; Solo e suas riquezas; Recolhimento e separação do lixo; Conteúdos de ciências e técnicas agrícolas; Cultivo de flores e árvores frutíferas; Plantio e cuidados com as plantas.

Estas respostas demonstram interesse dos professores em passar conteúdos que condizem com a realidade de seus alunos, porém são conteúdos aleatórios, soltos, muito ligados à conservação da natureza, que geralmente são trabalhados pela disciplina de ciências sem o envolvimento das demais.

Quanto à metodologia com que ensinam os conteúdos acima, alguns responderam que as atividades são desenvolvidas com base nos conhecimentos trazidos pela família, são realizadas experiências e atividades com conexão ao mundo atual, como observação, leitura, visitas, questionários, atividades variadas envolvendo todos os alunos, e por vezes a família e comunidade. Outros responderam que realizam passeios pela comunidade, como visitas ao rio e a locais próximos da escola para abordar melhor o que é ensinado na teoria. Em um dos questionários o professor salienta que realiza a produção de textos para despertar o interesse pelo trabalho com o solo, embelezamento e cuidados com as plantas. Outro ainda exemplifica que primeiramente conversa em sala de aula sobre um assunto, como exemplo a alimentação saudável, após confecciona com os alunos uma pirâmide alimentar e depois parte para o trabalho prático na horta onde então plantam os alimentos.

Os professores da rede municipal que trabalham nas escolas do campo participaram ainda de um momento de reflexão, onde foram instigados a refletir sobre **qual o papel de uma escola numa comunidade rural e quais os conhecimentos necessários ao aluno do campo? As respostas foram variadas:**

Alguns professores responderam que seria necessário trabalhar a valorização do campo, para que com isso o jovem se sentisse atraído em permanecer na propriedade com a família. Outros responderam que seria necessário ensinar ao aluno conhecimentos sobre a própria produção agrícola, para que este pudesse agregar renda as suas atividades e com isso se motivar a permanecer no campo. Entre as respostas também alguns responderam que seria de fundamental importância que as crianças no ensino fundamental aprendessem conhecimentos essenciais como cidadania, identidade cultural, integração com o ambiente e outros conhecimentos interdisciplinares que

mostrassem ao aluno a importância de aprimorar conhecimentos para continuar na agricultura.

Outros responderam que as aulas necessitariam ser mais interativas, seria necessário que os estudantes tivessem mais contato com a natureza e com o meio no qual estão inseridos, para que aprendessem a conhecer melhor a propriedade e para que trocassem experiências com outros estudantes. Um grupo de professores expôs também que a escola possui o papel de ser referência em uma comunidade e por isso ela necessita interagir mais com pais e membros da comunidade para proporcionar a formação de seus alunos.

Foram questionados também em relação **à importância de sua escola no desenvolvimento social, econômico e cultural da localidade onde ela se encontra**, onde responderam que a escola e a localidade estão interligadas, uma depende da outra. Ressaltaram a importância social da escola onde há encontros de grupos de mulheres rurais, reuniões, vacinação e rodas de conversa, sendo esta um ponto de referência para a comunidade.

Lembraram, ainda, que os alunos são uma via de comunicação, levam para casa o conhecimento que adquirem na escola, o conhecimento de novas práticas agrícolas, novas culturas e entre outros. A escola mostra aos alunos maneiras de utilizar àquilo que foi aprendido, assim a escola forma um aluno consciente sobre a sua posição social e econômica diante da sociedade.

Alguns dos professores esclareceram a importância de mostrar aos alunos que investir na agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento da região, embora para muitos alunos a escola ainda seja o único acesso a cultural, porque em casa eles não têm. Outros profissionais também contribuíram para afirmar que suas escolas são muito valorizadas na localidade, pois possuem uma grande interação com a comunidade, o que explicaria as contribuições positivas para ambos em termos de progresso e desenvolvimento.

Diante dos questionários analisados e das conversas com os profissionais da educação, a pesquisa identificou alguns paradigmas que se expõe em relação ao trabalho realizado pelos professores nas escolas, onde podemos destacar: o despreparo dos professores na abordagem dos conteúdos

relacionados ao campo; a sua falta de formação para atuar em escolas do campo; a falta de uma proposta pedagógica adequada e a falta de planejamento em grupo dos mesmos.

A prática pedagógica necessita de um planejamento, com função de orientar todo um processo de ensino nas escolas do campo, processo este que precisa ser adaptado às realidades das comunidades, a sua cultura, a sua inserção social, respeitando o ritmo e o tempo necessários. Nossos professores precisam direcionar o conhecimento aos alunos de maneira que estes não percam o seu senso de comunidade, de pertencer à aquele lugar.

4.4 Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das Escolas do Campo

O PPP é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da Escola e a sua construção parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, onde a escola é concebida como um espaço social que vai interagir com a comunidade onde se encontra.

Em análise aos projetos das escolas do campo foi possível observar que estes foram elaborados para servir de base no desenvolvimento dos conteúdos, com o objetivo de repensar, caracterizar e descrever as ações pedagógicas desenvolvidas no seio da escola e de sua comunidade. Foram atualizados recentemente, pela necessidade de atualizar os anseios e os objetivos pedagógicos a serem alcançados no futuro próximo, considerando a dinâmica das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas do território em que a escola está inserida, e em sua elaboração todos tiveram a participação da comunidade.

As escolas analisadas estão localizadas em comunidades rurais distantes da sede do município, e grande parte dos alunos vem de famílias com base na agricultura que se dedicam ao cultivo do tabaco como gerador da renda para a sobrevivência da família. Porém, de acordo com os projetos, são trabalhados conteúdos que fazem referência à cidade. Nenhum dos projetos analisados deixou claro o tipo de conteúdos que seriam ensinados ao alunado

do campo, bem como nenhum deles fez referência a conteúdos específicos que seriam ministrados pelos professores. Em um dos projetos analisados, constam as diretrizes que o município de Vera Cruz prevê para as escolas do campo, como segue.

Incentivar e formar lideranças comprometidas com o meio rural. Envolver a comunidade local e regional na busca de parcerias, com entidades e outros órgãos públicos que promovam o desenvolvimento social economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo. Construir um currículo contextualizado que contribua para o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade rural (DIRETRIZES DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ, 2010).

Um dos projetos analisados se destacou pela coerência e objetividade com que explicita a atuação da escola, incluindo elementos fundamentais para a formação do sujeito do campo como o conhecimento e a cultura em uma comunidade. O Projeto analisado expõe que, ensinar e aprender são atos de troca, de construção e de criação. O ensinar é proporcionar condições para que o aluno aprenda sempre partindo da bagagem cultural que ele traz e a partir dela o aprender está centrado na construção do conhecimento. Sabemos se alguém aprendeu quando consegue relacionar conteúdo com situações cotidianas e aplicar tais conhecimentos na solução de problemas diários.

Neste contexto, os educadores são considerados mediadores deste conhecimento e sua ligação com a comunidade e com os interesses da mesma facilitam esta construção do conhecimento.

Em todos os PPPs analisados, cada professor tem a liberdade e a responsabilidade de trabalhar com a metodologia que mais prenderá a atenção dos alunos, sendo ela expositiva interativa ou em grupo, como também deverá ser um compromisso dos professores a aprendizagem interdisciplinar, que deve atender aos compromissos científicos e filosóficos da escola, valorizando os conhecimentos prévios, a cultura da comunidade e proporcionando o acesso ao saber local, regional e universal da humanidade.

Outro aspecto apontado nos PPPs é a falta de compromisso das famílias para com a educação dos seus filhos delegando á escola compromissos e funções que não caberiam a ela, mas que lhe são transferidos, e impostos por uma sociedade que cobra muito desta instituição, mas que, não oferece quase nada de contribuição positiva para uma boa formação do indivíduo. Tendo em

vista esta situação, o processo ensino-aprendizagem também é prejudicado, por não haver participação efetiva, dos pais, no compromisso com o estudo, caracterizando uma omissão quanto as suas responsabilidades.

Através desta análise podemos exprimir alguns paradigmas que se escondem nos textos dos PPPs, como: A necessidade da escola interagir com a comunidade do entorno, a participação da comunidade no planejamento do PPP, conteúdos que fazem referência somente ao urbano, à falta de conteúdos específicos sobre o campo, à importância do acesso ao conhecimento e da cultura do povo, a liberdade do professor, o acesso ao saber local e regional, e a falta de compromisso das famílias.

4.5 Quadro Comparativo dos Atores Sociais

Abaixo, um quadro demonstrativo com os sentidos que se encontram expressos no material analisado de cada ator social e presentes também nos PPPs analisados.

PAIS	ALUNOS	PROFESSORES	PPPs
Falta de auto estima	Pais não interagem com os filhos	Despreparo dos professores na abordagem de conteúdos sobre o campo	A escola precisa interagir com a comunidade do entorno
Falta de conhecimento sobre a gestão da propriedade	Falta de conhecimentos básicos sobre a propriedade	Falta de formação adequada para atuar nas escolas campo	Participação da comunidade na elaboração do PPP
Preocupação em gerar renda	Falta de renda própria	Falta de uma proposta pedagógica	Conteúdos que fazem referência só ao urbano
Não possuem uma vida social	Falta de liberdade e Convívio Social	Falta de planejamento em grupo	Falta de conteúdos específicos sobre o campo
Relações familiares entre pais e filhos	Falta de perspectivas para o futuro	Falta de uma estrutura de apoio (transporte, alimentação, tecnologias)	Importância do acesso ao conhecimento e a cultura do povo
Dependência financeira das indústrias	Falta de conexão da escola com a realidade do campo		Acesso ao saber local e regional
Agricultura idosa	Falta de envolvimento do jovem com a sua comunidade		Falta de compromisso das famílias.
Interferências climáticas na produção agrícola	Pouco acesso às tecnologias		

Quadro 2: Quadro comparativo com os sentidos expressos de cada ator social

Primeiramente, o quadro acima nos faz repensar sobre as relações estabelecidas entre os atores sociais, principalmente entre pais e filhos, que não se baseiam no diálogo e não demonstram entrosamento entre ambos, o

que é considerado fundamental para a construção de uma nova agricultura. A célula mãe é a família, reconhecermos que a família é o primeiro grupo social em que estamos inseridos e que todos, devemos ter participação, opinião e responsabilidades, seria um passo fundamental para iniciar com um processo de construção de conhecimentos.

Ficou evidenciado pelas categorias de análise, que o município de Vera Cruz ainda não possui seu processo de educação do campo implementado, ou seja, as escolas localizadas na área rural ainda não possuem uma prática pedagógica diferenciada das escolas que se localizam na área urbana. O que nos leva a repensar sobre como fazer a implementação deste processo e desenvolvê-lo nas escolas do município.

Neste sentido é que a pesquisa busca contribuir positivamente com estratégias para incrementar a construção deste processo, apresentando um projeto específico que poderia ser utilizado como modelo base para as escolas do campo no ensino fundamental.

5. PROJETO ESPECÍFICO PARA SER UTILIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Vem avançando com muita ênfase a necessidade de uma Política Pública da Educação do Campo, que mesmo chegando tarde vem ao encontro da população do campo. Torná-la pública, significará equipará-la á educação urbana, de fácil acesso, com características exclusivas, não ligadas á pressão que o próprio meio mercantil exerce sobre a produção agrícola, mas ligada diretamente para a formação essencial das pessoas que vivem ali com toda a sua bagagem cultural, valores e princípios.

Será um desafio constituir uma política que assuma a complexidade das questões do campo, em se tratando de um processo de educação humana, com envolvimento das raízes culturais, identitárias, á diversidade, a relação com a terra, às formas de produção, a sociabilidade, a formação e a construção do conhecimento. Ter de fato uma educação do campo, pública, gratuita, com qualidade, que atenda a formação humana, construindo conhecimentos significativos para serem utilizados na nova agricultura que emerge, é um direito já adquirido, que embora renegado por muito tempo, ressurgiu com muita força, mostrando um coletivo consciente de seus direitos.

Os povos do campo devem ser atendidos por políticas de educação que garantam seu direito a uma educação que seja No e Do campo. Conforme esclarece a autora: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 18).

Em se tratando de um direito a uma educação do campo, são os movimentos sociais os grandes educadores, eles criam exemplos de luta em defesa do todo, demonstram casos específicos, mas levam á tona assuntos polêmicos que fazem a sociedade refletir sobre seus direitos básicos. Podemos aqui fazer um contraponto com o que o material pesquisado demonstra. Não temos na região a presença de grandes movimentos sociais, tais como o Movimento dos Pequenos agricultores – MPA, Movimentos de reforma agrária entre outros que mobilizam os agricultores para a luta de seus direitos, o que

explica a passividade com que o agricultor aceita o que lhe impõe de política pública.

Neste estudo basicamente vem ganhando destaque o direito á educação de crianças e adolescentes, que morando no campo e muitas vezes abandonam a escola para auxiliar os pais na propriedade, abandonam a escola por distâncias geográficas ou porque não veem nela algo que possam aproveitar no cotidiano rural. É cada vez mais comum, termos escolas do campo, com didáticas urbanas, com professores que se deslocam diariamente para as escolas polo, que mesmo situadas em áreas rurais não concretizam a formação integral do sujeito do campo.

Há uma possibilidade, da escola do campo realizar um trabalho interdisciplinar, com o uso de metodologias participativas, que viabilizam identificar e buscar soluções para os problemas de forma compartilhada. Buscar valorizar o conhecimento prévio, aquele que o aluno já traz de casa e planejar atividades em conjunto com as disciplinas do conhecimento para adicionar novos saberes naquilo que ele já sabe.

A pesquisa em seu papel de esclarecer como cada ator social contribuiu com o processo de construção de conhecimentos, deixa claro também as lacunas que ainda faltam ser preenchidas para obter êxito na implementação do processo de educação do campo em Vera Cruz. Vem ao encontro desta perspectiva mostrar que as comunidades do campo possuem saberes locais riquíssimos que poderiam fazer parte da prática pedagógica das escolas e aumentar o interesse dos alunos.

O Conhecimento Popular é regionalístico, se o admitirmos como uma ferramenta para estimular novas metodologias para a educação do campo teremos um conjunto de informações ricas trazidas da própria comunidade para dentro da escola. Aquilo que dá certo é o que passamos para frente, o que aprendemos com nossos avós e familiares é o que ensinamos a nossos filhos, é sem método definido, é movido por nossas emoções. Conhecimento popular não é sinônimo de conhecimento errado, são conhecimentos que precisam ser valorizados, pois são próximos aos agricultores.

É importante destacarmos que para formarmos líderes comunitários, precisamos reforçar os laços culturais que unem a população, renovar o senso de comunidade e criar raízes para fixar as identidades da população jovem. Sobre a cultura, Brandão 1985 destaca:

“são temas concretos da vida que espontaneamente aparecem quando se fala sobre ela, sobre seus caminhos, remetem a questões que sempre são as das relações do homem: com o seu meio ambiente, a natureza, através do trabalho; com a ordem social da produção de bens sobre a natureza; com as pessoas e grupos de pessoas dentro e fora dos limites das comunidades, da vizinhança, do município, da região; com os valores, símbolos, ideias” (BRANDÃO, 1985, Pag. 37 e 38).

O estudo propõe um resgate da Educação Popular como uma estratégia para a concretização do processo de Educação do Campo no município. Trazer para o espaço escolar os saberes locais e trabalhá-los nas variadas disciplinas do conhecimento poderá ser desafiador para os jovens, mas também permitirá com que se reconheçam naquele local. O autor mexicano, Enrique Leff, 2002, ressalta que os saberes locais na agricultura são como:

“As práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, há um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência... como sapateiros, alfaiates ou ferreiros; como músicos e poetas” (LEFF, 2002).

A partir da constatação dos vários paradigmas que se colocam como um desafio para o docente exercer seu trabalho nas escolas localizadas em zona rural é que a pesquisa apresenta estratégias para orientá-los neste processo. Durante a sua formação os professores foram instigados a se organizar em grupos e fazer a construção de um projeto de aprendizagem que poderia ser executado na escola. Um projeto de aprendizagem sempre é elaborado com base no aprendizado do aluno, naquilo que ele já traz de conhecimento prévio.

Foi um momento de planejamento entre as várias áreas do conhecimento, com o intuito de integrar os conteúdos e reduzir esta concepção fragmentária em que se resume a prática pedagógica atual, uma etapa

estratégica para romper com o individualismo e a falta de troca de experiências entre os profissionais que ainda são uma barreira para a interdisciplinaridade.

Em conjunto, os educadores levantaram uma série de conteúdos que poderiam ser trabalhados pela escola do campo, inseridos nas disciplinas já ministradas pelas escolas, com um contexto voltado para o sistema de produção familiar e os processos de trabalho no campo³. Os conteúdos se encontram organizados por disciplina do conhecimento:

HISTÓRIA: Quais transformações ocorreram na comunidade nos últimos anos? Qual a participação das famílias neste processo de transformação? Resgate da história local, movimentos de imigração, mitos, contos, histórias, pessoas importantes. Recuperação de documentos antigos, jornais da época, origem de nomes dos antepassados, origem de nomes das localidades do município.

CIÊNCIAS: Qual a relação entre os vários ecossistemas do local? A alimentação dos povos do campo é saudável? Conservação de arroios, conservação da fauna em especial os insetos benéficos para a agricultura. Registros de animais nativos na propriedade, plantas bioinseticidas, manejo de solos, ervas daninhas, frutas silvestres. Plantas ornamentais e plantas arbóreas nativas para jardinagem e plantas medicinais.

GEOGRAFIA: Como as famílias produzem seus alimentos no campo, e o que é produzido? Quais produtos para consumo familiar e quais para comercialização? Arborização rural e clima, Relevos que dificultam a agricultura, mapas da localidade, utilização de imagens de satélite, movimentos de migração.

INGLÊS: Escrita e pronúncia das palavras em inglês. Placas informativas, movimentos turísticos, tradução de documentos.

³ Para realizar o desenvolvimento da formação com os professores, foi consultado o trabalho “Práticas de Educação do Campo: uma experiência em construção” escrito e desenvolvido por Romário Aguiar Corrêa, educador do campo no Município de Jacundá-PA do ano de 2011.

PORTUGUÊS: Organização da pesquisa, coleta de dados, construção de textos, cartilhas, jornais, folders, observação do nível de escolaridade das famílias estudadas. Diferentes linguagens existentes, pronúncias, gírias, idiomas, dialetos, narrativas e entrevistas.

MATEMÁTICA: Tabulação de dados da pesquisa, criação de calendários, gráficos, tabelas, estudo dos sistemas de medida agrários. Estatísticas de venda de produtos agrícolas, índices, médias, valores, porcentagens, notas fiscais, talão de produtor, contextualizar as operações matemáticas com assuntos da comunidade escolar e com as culturas de subsistência.

ARTES: Artes utilizadas pelas famílias do campo, e como elas contribuem para a transformação do meio ambiente. Resgate de peças antigas como quadros de famílias, ferramentas de trabalho. Paisagismo e jardinagem rural, características coloniais, construção de estátuas de argila e gesso.

EDUCAÇÃO FÍSICA: O homem do campo pratica exercícios físicos? Quais os trabalhos que necessita de maiores esforços? Existe qualidade de vida no campo? Registros de manifestações culturais, danças, esportes, músicas, lazer, torneios, datas comemorativas. Entidades associativas (bolão, sindicato, clubes, igrejas, sociedade de damas), estudo e pesquisa de quais os maiores problemas físicos encontrados nos agricultores da comunidade escolar.

ENSINO RELIGIOSO: Relacionamento das famílias da comunidade e se existem conflitos, quais? A importância das crenças na vida das pessoas, curandeiros, benzedeiros, pais de santo. Importância das plantas medicinais na cura de doenças. Diversidade de religiões na comunidade, suas igrejas e templos. Movimentos de catequização.

O projeto de pesquisa pensado pelos professores foi desenvolvido ao longo do ano dentro de cada disciplina, mas conectado com o projeto maior pensado pela escola. Os professores durante as suas aulas questionaram seus alunos sobre o que os mesmos gostariam de aprender em relação ao Sistema de Produção Familiar da comunidade, e aos poucos foram trabalhando as temáticas. Estes projetos possibilitaram uma forma inovadora para o aluno observar os acontecimentos que o cercam, através de uma visão do todo e não

das partes, entendendo assim as viabilidades sociais, culturais e econômicas da comunidade, mas também conhecendo as carências e fragilidades para apontar soluções.

Ao iniciar o diálogo de criar uma experiência bem sucedida de educação para o campo, temos que ter certeza sobre quem e para-quê queremos formar este sujeito, se para continuar a sucessão da propriedade, não podemos homogeneizar suas experiências práticas durante a vida escolar. A pedagogia da escola do campo necessita respeitar a identidade cultural do local, a realidade da agricultura do local, o meio ambiente, necessita inserir as suas propostas dentro da comunidade do local para que possa haver um projeto de transformação social, um propósito para as famílias que pertencem á aquele espaço e á aquele modo de vida.

O acesso ao conhecimento, por meio de uma educação básica específica para o jovem do campo, vem como uma estratégia para solidificar o espírito de sucessão na família. Prepara também, o jovem para o mercado de trabalho, à agricultura moderna e emergente que está surgindo. No contexto mundial em que estamos vivendo, ampliado pela padronização sociocultural e do modo de produção vigente, faz nos questionar a respeito da juventude brasileira: seu espaço, seu papel, seus caminhos. Desse modo, precisamos encontrar estratégias mais adequadas para que a juventude rural desenvolva suas potencialidades, frente ao impacto de novas tecnologias, de novos costumes, de novas concepções de mundo, sem desconsiderar sua história e sua identidade cultural.

A alfabetização científica pode ser considerada como uma das dimensões para potencializar alternativas que privilegiem uma educação mais comprometida, mais aberta e voltada para a natureza como um todo. Attico Chassot (2001), em seu livro sobre a concepção da ciência e do método científico, afirma que “devem ter uma linguagem, um conjunto de conhecimentos que facilite aos homens e mulheres fazer a leitura do mundo onde vivem”.

Na afirmação de Miguel Arroyo (2000), “é possível resgatar uma proposta pedagógica, buscando recuperar o saber, a cultura, a ética, recuperar os valores próprios de uma educação básica para o campo”. Precisamos colocar a Educação do Campo na luta pelos direitos, direito ao saber, direito ao conhecimento e a cultura produzida socialmente. Desta maneira, o acesso a uma educação básica para o campo situada como um direito de ser coloca um objetivo na vida do cidadão rural, projeta para ele um plano de vida, uma conexão com o seu mundo, onde ele possa ter perspectivas e qualidade de vida.

O aluno aprendiz pode ser considerado um agente que leva conhecimento para sua família, que aumenta a interatividade do grupo de trabalho e sucessivamente as chances de acontecer um empreendedorismo na propriedade.

A forte pressão dos organismos de defesa do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, que estabelece que o mesmo não possa trabalhar até os 18 anos de idade, é um aliado ao êxodo rural, pois jovens a partir dos 14 anos migram para as cidades para concluir o ensino médio e acabam não retornando para a vida no campo. Há muitas ONGs, que fazem trabalhos auxiliares com as escolas do campo, justamente em turno inverso ao da aula, com o único intuito de manter as crianças e jovens ocupadas o dia inteiro, para que não possam estar em casa para serem alvos do trabalho infantil. Este método é eficaz para combater o trabalho infantil, eficaz também para que adquiram novos conhecimentos, mas não representa um acréscimo à sua formação humana, pois para isto acontecer seria necessário incluir toda a sua família em um plano de formação.

Construir um novo sistema educativo para o campo exige que se conheça como se constitui a infância e a juventude nesse território. Suas preocupações, seus projetos de vida e suas referências, impõem-nos desafios transdisciplinares, que sejam capazes de articular diferentes conhecimentos para a vida dos sujeitos. Arroyo (2010) nos ajuda a entender a importância de uma política pública para o sujeito do campo para que este não seja compreendido como uma pessoa sem direitos.

Sua presença como sujeitos políticos, de políticas, redefine o campo das políticas, seus critérios, prioridades e sua natureza. De políticas compensatórias, distributivas, corretivas das desigualdades que o mercado, a concentração da terra, da renda e do espaço, do conhecimento e do poder produzem, esses coletivos defendem políticas afirmativas, de diferenciação positiva, não genéricas. Políticas focadas, contextualizadas. Políticas de reconhecimento e não de compaixão com os desiguais porque inferiores em classe, etnia, raça, gênero, campo ou periferia (ARROYO, M.G., 2010, pag. 1415).

De fato, é imprescindível que uma política pública no campo da educação contorne as escolhas políticas, conheça as diversidades de problemas do campo, sem generalização, mas contextualizada para cada região. Uma política, que possa fazer trocas com modelos já existentes em outros países, que possa promover mais sentido a educação do campo conectando as gerações passadas com as atuais.

O fato é que necessitamos de fórmulas, regras para implementar tais políticas, o que sugere que uma educação popular poderia ser o diferencial na formação da escola do campo. Articular os saberes populares das comunidades rurais e os saberes científicos trabalhados na escola poderá ser um elo entre a escola do campo e a comunidade, que ao perceber diferentes sentidos naquilo que é trabalhado no sistema educacional vai gradativamente estimular os seus filhos a permanecerem na escola e evoluir no conhecimento.

Um exemplo de atividade desenvolvida durante a pesquisa e que mostrou minimizar o distanciamento da escola com o campo, foi a realização da Feira de Saberes do Campo, que teve como tema central “Produzindo uma Vida Saudável”. Organizada com o apoio e envolvimento de outras organizações tais como a EMATER, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Educação, Departamento de Meio Ambiente, Sindicatos Rurais e agricultores da região.

Esta feira propiciou com que os estudantes das localidades do campo pudessem apresentar um pouco mais sobre os projetos que desenvolveram durante o ano e principalmente ter um momento onde pudessem trocar experiências com outros alunos e com técnicos da área. A Feira, que teve como tema “Produzindo uma Vida Saudável”, utilizou uma metodologia que

passou a ideia de um ciclo, onde foram montadas estações em uma propriedade rural com produção de alimentos orgânicos e em cada estação técnicos orientavam sobre temas diversos, desde a composição do solo e nutrientes, até as etapas de colheita dos produtos, buscando esclarecer as dúvidas dos estudantes. No quadro abaixo os temas abordados:

Estação	Tema	Parceiro/Profissional
1	Alimentação Saudável	EMATER, NUTRICIONISTAS
2	Avicultura e Fruticultura	SECRETARIA DA AGRICULTURA
3	Produção Hortaliças orgânicas	EMATER E AGRICULTORES
4	Aproveitamento de água	EMATER E AGRICULTORES
5	Importância da palhada	EMATER E AGRICULTORES
6	Produção biofertilizantes	AGRÔNOMO E AGRICULTORES
7	Compostagem	DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTE

Quadro 3. Roteiro de Estações da Feira de Saberes do Campo

É importante salientar que a mobilização de entidades parceiras é uma contribuição positiva para a escola, ela reforça suas bases, agrega conhecimento e estimula a participação dos jovens. A escola como uma base para proporcionar a construção de conhecimentos poderia ter vários parceiros, que no decorrer do ano fossem trabalhar com os alunos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho desta pesquisa pode se observar uma mobilização nos atores sociais envolvidos no processo da pesquisa-ação que em unanimidade se reuniram para discutir propostas para serem implementadas na rede de escolas do campo do município.

Assim o trabalho procurou apresentar subsídios que pudessem fazer compreender as ideias discutidas, pesquisando ainda um modelo, uma sistemática com conceitos que pudessem ser seguidos e copiados pela Secretaria de Educação, para assim fomentar a implantação de projetos e para trabalhar temas articulados com a comunidade na escola do campo.

Esta pesquisa reforça a importância que tem um estudo voltado ao público jovem para identificar as causas da não permanência no meio rural, visto que existem alternativas produtivas a produção de tabaco sem a necessidade da integração. A busca pela autonomia financeira, talvez não seja a única preocupação do jovem no meio rural na atualidade. Ele está à procura de algo além da busca pela autonomia, liberdade de expressão, produção mais sustentável, ou seja, o jovem demonstra mais preocupação com a unidade familiar em busca de um espaço que lhe forneça qualidade de vida.

É imprescindível, para qualquer proposta de educação para o campo, o aperfeiçoamento dos professores. Estes necessitam atuar como intermediadores de conhecimento, procurando mostrar caminhos para que os aprendizados aconteçam, eles não necessitam ser os únicos detentores de conhecimento, mas precisam aprender a romper com as barreiras impostas pela sala de aula e buscar elencar os conteúdos com a ruralidade.

Este trabalho possibilitou com que se obtivesse uma maior clareza em relação a todo o processo educacional nas escolas do campo, onde cada ator social contribui para a construção do coletivo, para que as conexões possam ocorrer dentro das escolas, mas também fora dela.

A pesquisa nos permite, ainda, pensar a educação não apenas dentro da escola, mas projetada para a comunidade e para o município, para os quais

forma cidadãos capazes e comprometidos com a cidadania, com o desenvolvimento econômico e pela preservação dos recursos naturais.

A Educação e o Trabalho são ferramentas de construção e de identificação do indivíduo, no qual ele se reconhece como ator social e cultural dentro de sua comunidade, por isso, promover uma educação mais construtiva desenvolve o sujeito, tornando-o criativo, observador, questionador e participativo, o que é bom para ele e para o seu meio. Da mesma forma o trabalho, quando o sujeito trabalha com liberdade para criar, questionar, se organizar, se relacionar com os colegas ou sociedade, ele se torna um trabalhador construtivo e identificado com o desenvolvimento, responsável e com reciprocidade para com a sua comunidade.

Então, quando a educação e o trabalho caminham juntos, os sujeitos criam sua própria identidade e conduzem suas ações em busca de um desenvolvimento. Por isso, melhorar as relações sociais dos envolvidos no processo é uma estratégia para que todos os personagens se comprometam com o desenvolvimento, para que participem das decisões políticas e sejam sujeitos de sua própria história.

Deste modo, falar especificamente em uma educação básica para o campo necessita uma grande reflexão e fundamentação sobre qual a formação ideal para atender a população rural e qual seria o método mais preciso para adaptá-la as questões regionais. Uma proposta que trabalhe a autonomia dos jovens para que possa motivar toda a unidade familiar e que faça repensar suas técnicas de produção, sua capacidade associativa, criando processos e instrumentos de cooperação, obtendo renda com a sua atividade.

Com a compilação e avaliação dos dados da pesquisa que serão disponibilizados para os gestores públicos, espera-se que estes se insiram no contexto da agroecologia e melhorem a comunicação com o agricultor familiar, dando a este segmento da sociedade oportunidade de controle social e participação nas decisões de planejamento para uma agricultura mais sustentável. Da mesma forma, que a agricultura familiar tenha acesso a novas

tecnologias para a preservação de seu espaço ambiental e produção sem agroquímicos, principalmente na produção de culturas alimentícias.

Com estes dados o gestor público pode chamar a população urbana para que valorize os produtos e principalmente o agricultor, que é o sujeito transformador da qualidade e da segurança alimentar. A valorização do agricultor como ator participante da sociedade fará com que ele melhore também a qualidade de vida de sua família.

A partir da proposta de pesquisa-ação, onde o pesquisador pode interagir com os atores sociais envolvidos na educação das escolas do campo, bem como na Análise Textual Discursiva dos questionários respondidos e dos PPPs pesquisados, se verificou a importância do trabalho do campo e do uso da educação popular para as comunidades. Neste sentido, podemos projetar um aprofundamento deste estudo que futuramente poderá render novas pesquisas.

7. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez, FERNANDES, **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**, Brasília, Articulação Nacional, 2000, 85 Pag.

_____, Miguel Gonzalez. **Por um tratamento público da educação do campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma educação do campo, n. 5). p. 91-108.

_____, Miguel González. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

_____, Miguel González, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: 4ª Ed, Vozes, 2009.

_____, Miguel Gonzalez. **As matrizes pedagógicas da educação do campo na perspectiva da luta de classes**. In: MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sonia Fátima. Educação do campo em movimento: teoria e prática cotidiana. Curitiba: UFPR, 2010. v. I.

ASSOCIAÇÃO DE FUMICULTORES DO BRASIL – AFUBRA. **Fumicultura Brasil**. Disponível em: <http://www.afubra.com.br>. Acesso em 25 de março de 2015.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da educação**. Lei nº 9394, de 1996.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/MEC Nº 1. 03 de abril de 2002.

BRASIL, **Referenciais para uma política nacional de educação do campo**. Brasília: MEC. Fevereiro de 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão1, 5 nov. 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: DF, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003.

CHASSOT, A.I. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. Editora Unijuí, Ijuí/RS 2001.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: questões e desafios para a Educação**. Ijuí: Editora Unijuí, (2001, 2ª Ed), 436p.

EGG, Ezequiel Ander. **Repensando la Investigación-Acción-Participativa**. México: El Ateneo, 1990.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER/ASCAR. **Juventude Rural**. Disponível em <http://http://www.emater.tche.br>. Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Educar em Revista, nº. 16, 2000, PP.181-191. Universidade Federal do Paraná. Paraná. Brasil. P.3-4.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SISTEMA FIRJAN. **Relatório do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM (Divulgado em 2014 com dados de 2011)**. Disponível em <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>. Acessado em 23 de outubro de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Por uma educação básica do Campo**. Texto-Base da Conferência Nacional. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília/MDA, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 44ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006a.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais transformadores. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População e Demografia**. 2010. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 14 de outubro de 2014.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas: Unicamp, 1993.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

LÉVY, P. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MUNARIM, Antonio. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília/MDA, 2006.

MUNARIM, Antonio. **O cenário da construção de uma política pública de Educação do Campo**. *Marco Social*, Instituto Souza Cruz, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 8-11, jul. 2010.

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ. **Diretrizes educacionais para as escolas do município. 2010**. Arquivo na Secretaria de Educação – SMED.

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ. **Projetos Político Pedagógicos das Escolas do Município. Última atualização 2010**. Arquivo na Secretaria de Educação – SMED.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013. Números do IDHM**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/>. Acessado em 13 de dezembro de 2014.

SANTOS, Ailton D. (Org). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17 ed. São Paulo: Cortez. 2009.

UNEFAB. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. **Pedagogia da Alternância. Alternância e Desenvolvimento**. Coletânea de textos do Primeiro Seminário Internacional. Salvador, 1999.

WHITAKER, D. C. Andreatta. **O rural-urbano e a escola brasileira**. In *Revista do Migrante*, Ano V, Nº 12, 1992.

8. ANEXOS

QUESTIONÁRIO - APLICADO A PROFESSORES ESCOLAS DO CAMPO

- 1) A escola possui autonomia para elaborar o seu próprio projeto político pedagógico, projeto este que visa orientar a ação pedagógica na escola. A sua escola possui um projeto político pedagógico próprio?
- 2) Há participação da comunidade (professores, pais, alunos, representantes) na elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua escola?
- 3) Em sua escola, há algum outro tipo de planejamento da prática pedagógica?
- 4) Quais conteúdos relacionados ao campo são desenvolvidos em sua escola?
- 5) Descreva como são desenvolvidas as atividades que envolvem estes conteúdos.
- 6) Em sua opinião, qual o papel da escola em uma comunidade rural e quais os conhecimentos necessários ao aluno do campo?
- 7) Qual a importância de sua escola no desenvolvimento social, econômico e cultural da localidade onde ela se encontra?

CONVITE

FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM EM ESCOLAS DO CAMPO

DATA: 07/05/2014

LOCAL: Prédio da Cultura

TÍTULO: EDUCAÇÃO DO CAMPO E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

“O campo precisa conversar entre si”



OBJETIVO: Trabalhar a formação dos professores que atuam nas escolas do campo, para que estes possam fazer uma conexão entre as várias disciplinas do conhecimento e a educação popular do campo, utilizando como metodologia projetos de aprendizagem que incentivem a pesquisa científica e a extensão comunitária, desenvolvendo nos alunos o gosto pela pesquisa e envolvendo a família nos aprendizados escolares.

PROGRAMAÇÃO:

8:30 – Recepção e café em grupo

9:00 – Início (Carla Cristiane Mueller - Bióloga e Mestrada da UFRGS) – Importância do Planejamento da Ação Pedagógica nas Escolas do campo.

9:30 a 12:00 – Palestra Formação (Fernanda Bedin Camargo – Professora, formada em Biologia e Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela PUC/RS, professora do Colégio de Aplicação da UFRGS).

Tema: Projetos de Aprendizagem

A metodologia de Projeto de Aprendizagem é a estratégia que propicia a transformação de potenciais em competências básicas para a vida – ser, conviver, aprender e fazer. Partimos do princípio de que a aprendizagem é o principal mecanismo pelo qual o ser humano projeta e constrói sua vida. Para isso, a escola precisa, a partir do interesse do aluno, criar situações que promovam o seu desenvolvimento, para que ele se torne capaz de sonhar os próprios sonhos e transformá-los em realidade.

Nesta formação teremos a oportunidade de refletir e discutir sobre a teoria e prática da metodologia de Projetos de Aprendizagem, como promover o desenvolvimento de competências, qual o papel do aluno e professor nesse processo e como a tecnologia pode auxiliar nessa metodologia.

12:00 as 13:00 – Intervalo para Almoço

13:00 as 14:00 – Experiência Escola de Aplicação da UFRGS (Edson Luis Lindner – Professor, formado em Ciências com habilitação em Química pela PUC/RS, Doutor em Informática na Educação pela UFRGS, professor do Colégio de Aplicação UFRGS).

14:00 as 16:00 – Modelo de Projeto de Aprendizagem para Escolas do Campo – Uso da Educação Popular (Carla Cristiane Mueller - Bióloga e Mestrada da UFRGS).

Detalhamento da proposta e uso de projetos de aprendizagens na prática pedagógica das escolas do campo. Planejamento com professores.

TEMA CENTRAL DO PROJETO: Sistema de Produção Familiar e processos de Trabalho no Campo.

16:00 - Encerramento

OBS.: Para o café em grupo, convidamos a todos os participantes para que tragam uma delícia típica com o sabor do campo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – VERA CRUZ

INSCRIÇÃO OFICINA ALUNOS

Prezados Pais ou Responsáveis,

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio está com inscrições abertas para um **Grupo de Estudos na área de Conhecimento Rural**, com o objetivo de discernir informações e fazer a troca de experiências entre os jovens e as suas famílias sobre a importância da informação no meio rural, o convite se estende aos alunos concluintes do ensino Fundamental (9º ANO). As atividades serão desenvolvidas em turno inverso ao da aula, sempre à tarde das 13h15min as 17h00min e os alunos poderão almoçar na escola. As datas dos encontros serão:

1º Encontro: 27/08/2013 2º Encontro: 10/09/2013

3º Encontro: 17/09/2013 4º Encontro: 01/10/2013

5º Encontro: 08/10/2013 6º Encontro: 22/10/2013

7º Encontro: 06/11/2013

Este Grupo de Estudos será dirigido pela Professora **Carla Cristiane Mueller**, mestranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS no Programa de Pós Graduação em Ensino em Ciências, onde desenvolve a pesquisa voltada a Educação no Campo. Os dados trabalhados no grupo de estudos (questionários, imagens, vídeos) serão utilizados para a pesquisa e farão parte da dissertação de mestrado da professora.

Neste sentido, é necessária a autorização dos pais ou responsáveis, em dar plena concordância com a divulgação dos dados obtidos a partir da participação dos alunos no grupo. Para efetivar a inscrição é necessária a assinatura nos campos abaixo.

Atenciosamente,

Vera Cruz, 12 de agosto de 2013

A Direção

INSCRIÇÃO/AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo meu filho(a)

_____, a participar do Grupo de Estudos a ser realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio nas datas acima declaradas, bem como autorizo a divulgação dos dados obtidos a partir deste para uso exclusivo na dissertação de mestrado da professora Carla Cristiane Mueller.

Conteúdo trabalho

Grupo de Pesquisa com alunos

Construção do Conhecimento Rural e Recuperação dos Saberes Locais

Encontro 1: História, Origem e Evolução da Agricultura (A nossa região)

Dinâmica: Perspectivas dos jovens na propriedade e na vida do campo

Encontro 2: A propriedade rural: Características e culturas

Dinâmica: Representação do Espaço da propriedade rural

Encontro 3: Agricultura de Base Ecológica: O desenvolvimento de um Agroecossistema

Visita a uma propriedade próxima

Encontro 4: A utilização dos saberes locais em uma comunidade rural

Pesquisa com pais e avós

Encontro 5: Oficina de Discussão sobre o Conhecimento e a Utilização dos Saberes Locais na prática diária da vida do campo.

Apresentação de dados

Encontro 6: Mobilização Social de uma Comunidade rural e o papel da escola em trazer conhecimentos.

Disseminação de Conhecimento aos pais

Encontro 7: Seminário de Integração

Pais e alunos se encontram para debater sobre práticas agrícolas e rumos da agricultura na região.



Certificado conferido aos alunos participantes

Fonte: Registro Fotográfico da autora

**Prefeitura Municipal de Vera Cruz
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
REALIZAM:**

I FEIRA DE SABERES DO CAMPO



Data: 05/11/2014

Local: Salão do Esporte Clube Águia - Vera Cruz

Propriedades de Sérgio Frantz e João Rodrigues



1-Representação das propriedades rurais – Oficina com alunos
Fonte: Registro Fotográfico da autora



2- Conversa com pais dos alunos em escola
Fonte: Registro Fotográfico da autora



3- Encontro com professores Escolas Campo
Fonte: Registro Fotográfico da autora



4- Formação de Professores escolas do campo
Fonte: Registro Fotográfico da autora



5- Reunião de lideranças Locais durante a Feira de Saberes do Campo
Fonte: Registro Fotográfico da autora



6- Técnicos explicando na Feira de Saberes
Fonte: Registro Fotográfico da autora



7- Técnico explicando sobre o solo
Fonte: Registro Fotográfico da autora



8- Visita à propriedade rural
Fonte: Registro Fotográfico da autora

IX ENPEC

9º Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências



Certificamos que o trabalho A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM COMUNIDADES RURAIS E A RECUPERAÇÃO DOS SABERES LOCAIS. de autoria de CARLA CRISTIANE MUELLER, EDSON LUIS LINDNER foi apresentado no IX ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – realizado no Hotel Majestic em Águas de Lindóia, no período de 10 a 13 de Novembro de 2013.

Águas de Lindóia, 13 de Novembro de 2013.


Isabel Gomes Rodrigues Martins
Presidente da ABRAPEC


Marcelo Giordan
Secretário-executivo da ABRAPEC



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Departamento de Geociências

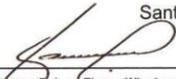


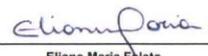
CERTIFICADO

CARLA CRISTIANE MUELLER

apresentou o trabalho intitulado *"A construção de conhecimento em comunidades rurais e a busca por uma educação de campo na região de Tabaco"*
no II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS:
educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina,
realizado em Santa Maria - RS, no período de 08 a 10 de outubro de 2014.

Santa Maria, 10 de Outubro de 2014.


Carmen Rajand Flores Wizniewsky
Chefe do departamento de Geociências e Coordenadora do Evento


Eliane Maria Faleto
Coordenadora do programa de Pós-Graduação em Geografia

Autenticação: 91CD.60E4.0EC3.89B5.9BBA.5210.2435.6DD2 consulte em <http://www.ufsm.br/autenticacao>